

Os primeiros anos em
nossas mãos p. 20

Cidade, um direito
inegociável p. 34

Zoológicos: espaços de lazer ou
proteção animal? p. 62

Revista Mercúrio



CURITIBA 2024 / edição 07

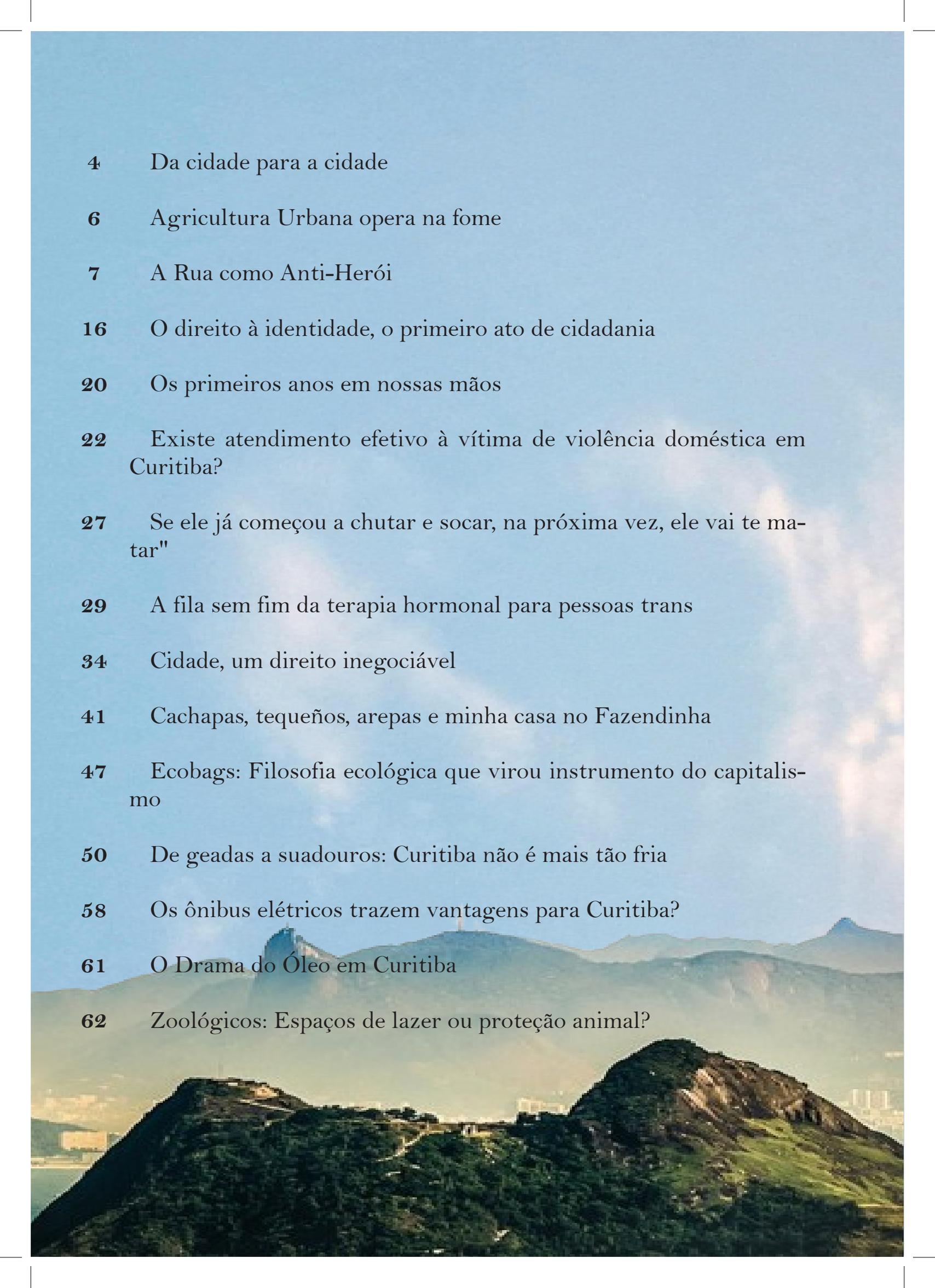
**Curitiba,
cidade
sustentável?**



Revista
Mercúrio 

Sumário



- 
- 4 Da cidade para a cidade
- 6 Agricultura Urbana opera na fome
- 7 A Rua como Anti-Herói
- 16 O direito à identidade, o primeiro ato de cidadania
- 20 Os primeiros anos em nossas mãos
- 22 Existe atendimento efetivo à vítima de violência doméstica em Curitiba?
- 27 "Se ele já começou a chutar e socar, na próxima vez, ele vai te matar"
- 29 A fila sem fim da terapia hormonal para pessoas trans
- 34 Cidade, um direito inegociável
- 41 Cachapas, tequeños, arepas e minha casa no Fazendinha
- 47 Ecobags: Filosofia ecológica que virou instrumento do capitalismo
- 50 De geadas a suadouros: Curitiba não é mais tão fria
- 58 Os ônibus elétricos trazem vantagens para Curitiba?
- 61 O Drama do Óleo em Curitiba
- 62 Zoológicos: Espaços de lazer ou proteção animal?

A large, stylized graphic in the background of the page. It features a globe with latitude and longitude lines on the left side, and a large, stylized leaf or plant motif on the right side. The entire graphic is rendered in a light brown or tan color.

Mercúrio

2024 / N.º 07

Departamento de Comunicação da
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Rua Bom Jesus, 650, Cabral
CEP 80035-010
Curitiba, PR

Email: revistamercurio2019@gmail.com

Expediente

Coordenação-geral: Gabriel Alexandre Bozza
(Registro jornalista profissional 8738/PR)
Editora-chefe: Pietra Hara
Chefia de reportagem: Gabriel Alexandre Bozza
Diagramação e produção gráfica: Flávia Steil e
Larissa Neumann
Edição de imagem: Flavia Keretch
Infografia: Izabel Forquim
Revisão: Juliana Sehn
Reportagem: Ana Rocha, Ana Luiza Costa Halat,
Eduardo Perry, Emilly Cristina Domingues,
Erika Boslooper, Evelyn Miranda, Flavia
Keretch, Gabriela Zadvorne, Giovana
Bonadiman, Gustavo Beckert, Jonatas Cidreira,
Leticia Negrello Barbosa, Lucas Gioppo, Máira
Becker, Maria Regina Guimarães, Mariú
Dunaïski, Milena Hable, Nayara Almeida, Pedro
Henrique Milano Calandrelí, Rafael Maldonado,
Thiago Ferrari, Victor Lobo e Victor Stempim
Schultz.

A Revista Mercúrio é um produto editorial do
curso de Jornalismo, do Departamento de
Comunicação da Universidade Federal do
Paraná (UFPR)



Caros(as) leitores e leitoras,

Será que Curitiba é realmente a cidade mais inteligente do mundo e a mais sustentável da América Latina? Esta é a pergunta que centraliza o objetivo dos textos desta edição da Revista Mercúrio. Com as eleições municipais se aproximando os cidadãos tendem a questionar como estão as diversas camadas da cidade para então decidir seu voto. Com as campanhas eleitorais correndo soltas, muitas vezes apenas as conquistas do mandato atual tem seu destaque, mas será que tudo é tão positivo assim?

Com base nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU – o apelo global, publicado em 2015 pela Organização das Nações Unidas, para implementar e construir políticas públicas que guiem a humanidade até 2030 –, a equipe Mercúrio debate alguns dos principais desafios dos curitibanos e curitibanas, como segurança alimentar, demora

de atendimento na saúde pública, falta de vagas na educação primária, violência contra a mulher, saneamento básico e mudanças climáticas. Não é preciso muito para encontrar os defeitos que as entidades públicas buscam esconder com premiações e méritos internacionais.

Ao longo das próximas páginas, você descobrirá como que Curitiba é afetada diariamente com as mudanças bruscas de temperatura e suas consequências, como que a população trans é – infelizmente – mal assistida na busca pela terapia hormonal no SUS, além de acompanhar a perspectiva de ONGs e projetos que auxiliam pessoas em situação de rua na região central da capital paranaense e muito mais.

Desejamos uma boa leitura.

Pietra Dixson da Hora

Da cidade para a cidade

Uma fazenda no meio de Curitiba é farol da agricultura urbana na capital paranaense

Rafael Maldonado

Como produzir alimentos no meio da cidade? Com quase 90% da população brasileira vivendo em áreas urbanas e avanço cada vez maior deste tipo de povoamento, é necessário pensar em formas de trabalho agrícola sendo feito também dentro das cidades.

Talvez os Jardins Suspensos da Babilônia sejam o primeiro exemplo da agricultura urbana, que – como o nome sugere – é a prática da agricultura adaptada aos ambientes urbanizados. Isso torna a origem do alimento mais próximo da grande maioria dos consumidores, aumenta a superfície verde, melhora o escoamento e drenagem de chuvas, ajuda a sequestrar parte das emissões de carbono proveniente principalmente do trânsito entre outras vantagens. Mas não tão simples assim. A agricultura urbana precisa lidar com as várias limitações que

não existem no campo. Aproveitamento máximo do espaço, otimização do uso de recursos, cuidados contra contaminação do solo, ar e água (utilizados pelos habitantes da cidade).

Mais de três quartos do território curitibano é de área urbanizada, um dos maiores índices do Brasil. O carro-chefe da agricultura urbana em Curitiba é a Fazenda Urbana. Localizada no bairro do Cajuru, ao lado do terminal Capão da Imbuia, o empreendimento de 4 mil metros quadrados foi inaugurado em 2020, e faz um trabalho de sensibilizar a população para as questões ambientais e alimentares.

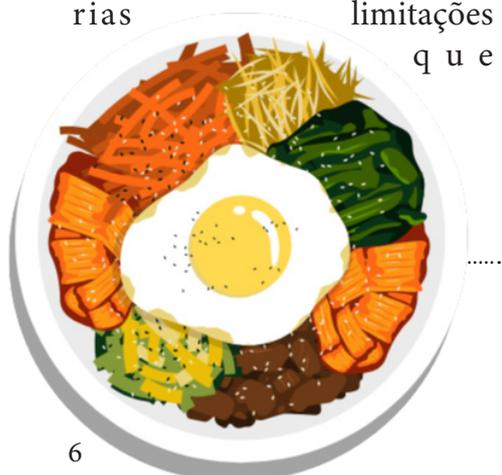
Para o gestor público da Fazenda Urbana, Guilherme Scharf, a ideia é juntar a parte educativa com o problema da insegurança alimentar. O alimento é trabalho em todo seu ciclo: “Além de ter a parte de produção, também tem a questão do preparo adequado do alimento. Ao mesmo tempo, o que não foi aproveitado, ao invés de ir para um aterro, a gente faz um trabalho de compostagem”, comenta o gestor. Toda a produção vai para o banco de



alimentos da prefeitura.

Scharf coloca como trunfo a produção totalmente orgânica, ou seja livre de agrotóxicos. Afinal, uma coisa é pulverizar litros de pesticidas sintéticos em uma área onde humanos terão pouco contato, outra coisa é fazer isso em meio a uma grande concentração de pessoas. Isso exige um cuidado muito maior que é tratado com a diversidade de plantas e técnicas diferentes. Práticas agroecológicas, sistema agroflorestal e abelhas nativas fazem parte deste “arsenal”. “Aquela agricultura degenerativa a gente puxa para uma regenerativa”, comenta. As técnicas empregadas nestes tipos de cultivo contribuem para que, além de ter um novo fornecedor desses produtos, a qualidade dos alimentos também seja muito melhor.

Uma das coisas que o gestor



Da Fazenda Urbana até a Mesa Solidária

1



A Fazenda Urbana fica localizada no bairro do Cajuru, ao lado do terminal Capão da Imbuia. O empreendimento de 4 mil metros quadrados foi inaugurado em 2020, e faz um trabalho de sensibilizar a população para as questões ambientais e alimentares.

2

Estes produtos da Fazenda Urbana são separados de acordo com sua qualidade. Os melhores são enviados para consumo e os impróprios para alimentação, passam por um processo de compostagem. Nada é desperdiçado.



Com a separação feita, os alimentos são embalados e transportados para finalmente atender ao projeto da Mesa Solidária.

3

Ao chegar na Mesa Solidária, os ingredientes são preparados e servidos para pessoas em vulnerabilidade socioeconômica.

4



Infografia: Izabel Forquim

público mais reforça é a participação popular. Além da fazenda, Curitiba conta com mais de 170 hortas urbanas espalhadas pela cidade. Nas escolas, ao aprendizado é levado para as crianças e o objetivo é envolver a comunidade. Hortas comunitárias têm um papel importante na qualidade de vida dos moradores, especialmente os idosos, que voltam a ocupar espaços antes degradados em seus bairros, promovendo a interação social entre as pessoas.

Com isso, a ideia é descentralizar a cultura de alimentos: “O alimento não vem mais de fora, mas sim de dentro da cidade”, afirma Scharf. Isso é feito em terrenos baldios ou outros espaços embaixo de linhas de energia — o que facilita o acesso à rede elétrica — otimizando a área limitada da cidade. Existe também uma função que vai além da alimentação, expandindo para a saúde e o bem estar das pessoas, revitalizando a paisagem urbana, com caráter paisagístico, deixando o espaço mais agradável a todos.

A maioria dos esforços se concentra na parte central da cidade, enquanto os principais desafios estão na periferia, principalmente na região sul de Curitiba, onde é mais difícil o acesso a comida de qualidade e onde moram muitas pessoas em vulnerabilidade socioeconômica. “Para aquele pai de família que trabalha oito horas numa escala de 6x1 que faria diferença o trabalho de segurança alimentar”, comenta Guilherme Scharf.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2023, 12% dos moradores da capital paranaense vivem abaixo da linha da pobreza, com menos de R\$ 647 por mês por pessoa. No Paraná, este número é de uma a cada cinco pessoas.

Duas respostas estão nas promessas da prefeitura: a segunda fazenda urbana está sendo construída na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) prevista para ser inaugurada ainda em 2024, assim como o restaurante popular do Tatuquara, esperado para março de 2025.

Agricultura urbana opera na fome

O projeto Mesa Solidária atende cerca de 200 pessoas diariamente e umas das formas de arrecadar alimentos são de doações vindas do setor privado e da Fazenda Urbana.

Victor Lobo

São dez horas. Região Central de Curitiba. Estou em frente à Mesa Solidária Luz dos Pinhais, na Praça Tiradentes. Começam a aparecer os primeiros a buscar os alimentos. Pouco tempo depois, a fila, que no início era pequena, já está na Catedral. Alguns estavam com um grande sorriso, outros irritados pela espera. Há um certo respeito pela ordem, mesmo que alguns mais aventureiros tentem tirar vantagem. Ali estão trabalhadores, moradores em situação de rua, pessoas em extrema pobreza, sem divisão, sem prioridade, sem preconceito. Quase 200 pessoas conseguiram almoçar ali neste dia.

Em Curitiba, projetos têm sido desenvolvidos para a diminuição da insegurança alimentar, que atinge 18 a cada 100 lares no Paraná, segundo dados de 2023 do IBGE. O Mesa Solidária é um desses programas, que tem como objetivo auxiliar pessoas em vulnerabilidade social ou moradores em situação de rua a ter condições de se alimentar com qualidade. Além disso, utiliza-se da arrecadação de alimentos do setor privado e de produtores e instituições da agricultura urbana.

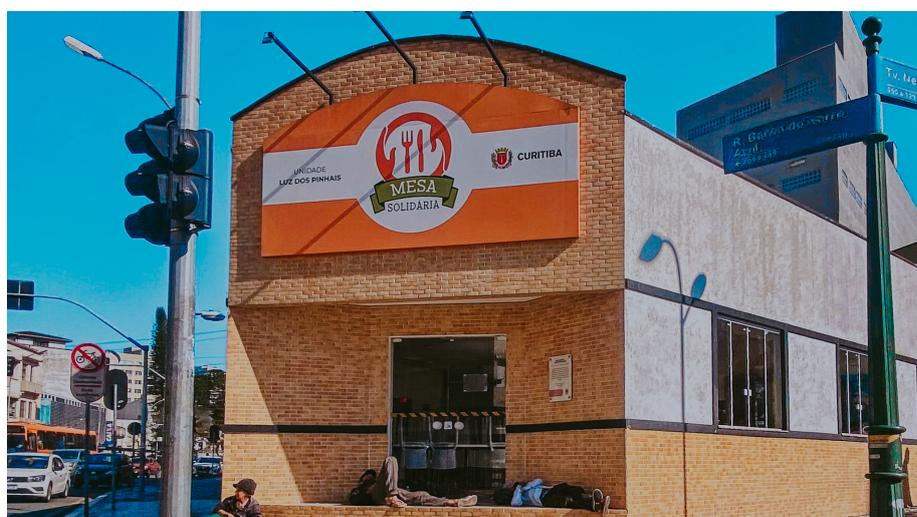
A Fazenda Urbana, programa municipal, é o principal contribuinte deste tipo de cultivo no Mesa Solidária. Segundo a coordenadora do projeto, Alessandra Ribeiro, 37, cerca de 56 instituições fazem parte da arrecadação de alimentos, sendo uma pequena parte contribuinte da agricultura urbana.

Ribeiro relata que o projeto surge como uma forma de centralizar as doações para diminuir rejeitos e facilitar a ação solidária para os comerciantes locais, mas a localização da estrutura tem gerado polêmicas. Em junho de 2023, um grupo de vereadores aprovou em votação o fim do programa na região do Centro. A autoria da sugestão é do vereador Eder Borges (PP). A decisão não foi aprovada pela

prefeitura de Curitiba.

"A estrutura não é tão bem localizada. Se chover, eu não consigo colocar um toldo. Então, precisa de um lugar para atender melhor eles, mas precisa ser na parte central, que é onde eles estão", reforça a coordenadora do projeto.

De acordo com os dados do Dieese para o mês de maio, para comprar uma cesta básica o trabalhador curitibano gasta cerca de 63% do salário mínimo, o equivalente a 129 horas e meia de trabalho. Diante deste cenário, o Mesa Solidária oferece refeições todos os dias em duas sedes — Luz dos Pinhais e Patrícia Casillo — e em mais três cozinhas comunitárias — Vila Agrícola, Plínio Tourinho e Dom Bosco.



Legenda: A Mesa Solidária Luz dos Pinhais oferece jantar todos os dias, almoço no final de semana e café da manhã, nos domingos e feriados. (Foto: Rodrigo Fonseca/CMC)



A Rua como Anti-Heroi

A imersão em uma realidade que muitos ignoram

Ana Rocha
Giovana Bonadiman

29 DE JULHO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, 18h51. Apesar do frio e da chuva que caíram o dia todo em Curitiba, o projeto "Meu Amigo Carrinheiro" não podia parar. Chegamos lá no início da noite. Antes, tínhamos marcado um ponto de encontro, o posto de combustível Ipiranga em frente ao local.

De encontro com as ruas Conselheiro Laurindo e Engenheiro Rebouças, bem na esquina, avistamos uma barraca cercada por várias pessoas. Ali, Edinei Cavalheiro, 52, realiza seu projeto com carrinheiros e pessoas em situação de rua há mais de treze anos, entregando alimentos, roupas e fazendo até mesmo cortes de cabelo — algo que ajuda muito na autoestima da pessoa, que não se sente mais capaz, por exemplo, de conseguir um emprego. Faça frio ou calor, todas as segundas-feiras, ele e o grupo de voluntários se encontram no local para colocar em prática

a ajuda a alguns dos grupos mais vulneráveis.

Tivemos contato com várias pessoas, incluindo aqueles que estavam ajudando com as entregas, carrinheiros e pessoas em situação de rua. De primeira, fomos conhecer Edinei, o fundador do projeto. Ele e sua esposa, ao abrirem um terreiro umbandista no bairro Xaxim, começaram a doar comida e roupas diretamente aos carrinheiros nas ruas. Um dia, ao passar pela esquina que se tornou o ponto de encontro dos voluntários, Edinei viu um senhor servindo café aos carrinheiros e pessoas em situação de rua.

Curioso, descobriu que, a cada dia, uma pessoa diferente oferecia ajuda, mas ninguém o fazia às segundas-feiras. "Essa será nossa". Eles deixaram de fazer entregas nas ruas e se estabeleceram estrategicamente próximos aos centros de coleta de reciclagem.

ODS 10

Aqui a religião não é determinante. Embora a ação seja religiosa, Edinei não impõe nada a ninguém, apenas deseja um "Deus te abençoe" a cada pessoa que passa.

"Estamos aqui só fazendo o bem como eu ensino a eles. Venha aqui, faça o bem e receba do mesmo jeito. Eles nos abençoam o tempo inteiro", relata.

Porém, a triste realidade é que o projeto ainda sofre grande preconceito. Muitas pessoas que trazem doações perguntam a qual igreja pertencem e, ao descobrirem que o projeto é conduzido por um terreiro de umbanda, desistem de doar por puro preconceito.

29 DE JULHO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, 19h10. "Hoje eu resolvi agregar". Entregando marmitas, encontramos Cleuza Garcia de Lemes, 48, uma senhora que estava pela primeira vez realizando aquela ação dentro do projeto de Edinei. Dona de um restaurante, Cleuza já entregava marmitas voluntariamente na rua há quatro anos. Dava para ver em seu semblante que fazia aquilo por amor e cuidado pelo próximo, e numa conversa, entendemos o porquê. Ela contou que também passou fome — apesar de nunca ter estado em situação de rua —, e entendia um pouco daquele sentimento.

O trabalho voluntário a torna mais humana. No seu restaurante, Cleuza também ajuda da maneira que pode, oferecendo um prato de comida a quem necessita. O mesmo prato que vende aos clientes é o que oferece às pessoas em situação de rua. Seu mantra é: todos merecem uma refeição digna, independentemente de sua condição social. Ato que reflete seu compromisso com a comunidade e o desejo de fazer a diferença na vida das pessoas. Para ela, alimentar quem tem fome é uma demonstração de respeito e solidariedade.

29 DE JULHO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, 19h21. A todo momento mais pessoas chegavam, pegavam os itens, conversavam com os voluntários e iam embora. Quase num esquema de delivery.

29 DE JULHO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, 19h32. Conhecemos Ivonete de Oliveira, 55, que trabalha como catadora de recicláveis há mais de 20 anos. A senhora, que hoje tem ajuda da neta, Mirela Aparecida, 15, começa seu dia às 6h30 e termina ao meio-dia, quando volta para casa, almoça e descansa um pouco. Às 15h, retorna às ruas e trabalha até o fim da noite — em torno das 21h. Apesar da rotina exaustiva, ela não se imagina em outro serviço. Embora tenha experimentado diferentes empregos ao longo de sua vida, sempre retorna à coleta de recicláveis, que foi fundamental para sustentar a si mesma e seus filhos.

Nessa conversa, conhecemos Bob, o fiel escudeiro de Ivonete. Um cachorrinho simpático — mas às vezes rabugento — que a acompanha há mais de 10 anos. Na vida nas ruas, é comum que as pessoas tenham animais de estimação para companhia. No entanto, isso também cria uma barreira para que eles entrem em abrigos, já que muitos desses locais proíbem ani-



Charge: Bruno Henrique Saskoski

mais e, quando aceitam, possuem poucas vagas disponíveis.

29 DE JULHO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, 20h10. Todas as marmitas de Cleuza tinham acabado. Pela contagem, cerca de 80 pessoas passaram pelo lugar. Os voluntários ainda distribuíam cachorros-quentes e suco, além das roupas. A noite continuava tranquila, ainda que gelada, pessoas chegando e saindo.

29 DE JULHO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, 20h23. Naquele momento fomos apresentadas a Silva, 47, que está na rua há um ano e sete meses. Depois de uma tentativa falha de entrar em um abrigo da prefeitura, Silva hoje vive pelas ruas dia após dia. “Não, eu não fico em abrigo. Dá muita briga, confusão.” Na última vez que ele estava na fila, dois homens começaram a discutir. “Vou quebrar aquele cara dentro do quarto hoje”. Aquilo foi suficiente para o fazer dar um passo para trás e ir embora.

Além da própria violência dentro desses locais, muitas pessoas não se adaptam às regras dos abrigos. Hora para entrar, hora para sair. Quase como bater ponto no trabalho: 7h todos saem, 21h todos entram. E caso algum atraso aconteça você é expulso do local. Um beco sem saída. Se nos abrigos as pessoas não se sentem seguras ou respeitadas, na rua a situação não é diferente. Silva, por exemplo, já sofreu diversos ataques simplesmente por estar em um lugar que para a “sociedade” não deveria ser ocupado por esse grupo.

“A sociedade recrimina muito os moradores de rua. Eles julgam as pessoas pela aparência. Muita gente atravessa para o outro lado da rua ou vai para o meio da rua para não passar perto de você. Tem muitas pessoas que fazem maldade. Eu não vou negar.”

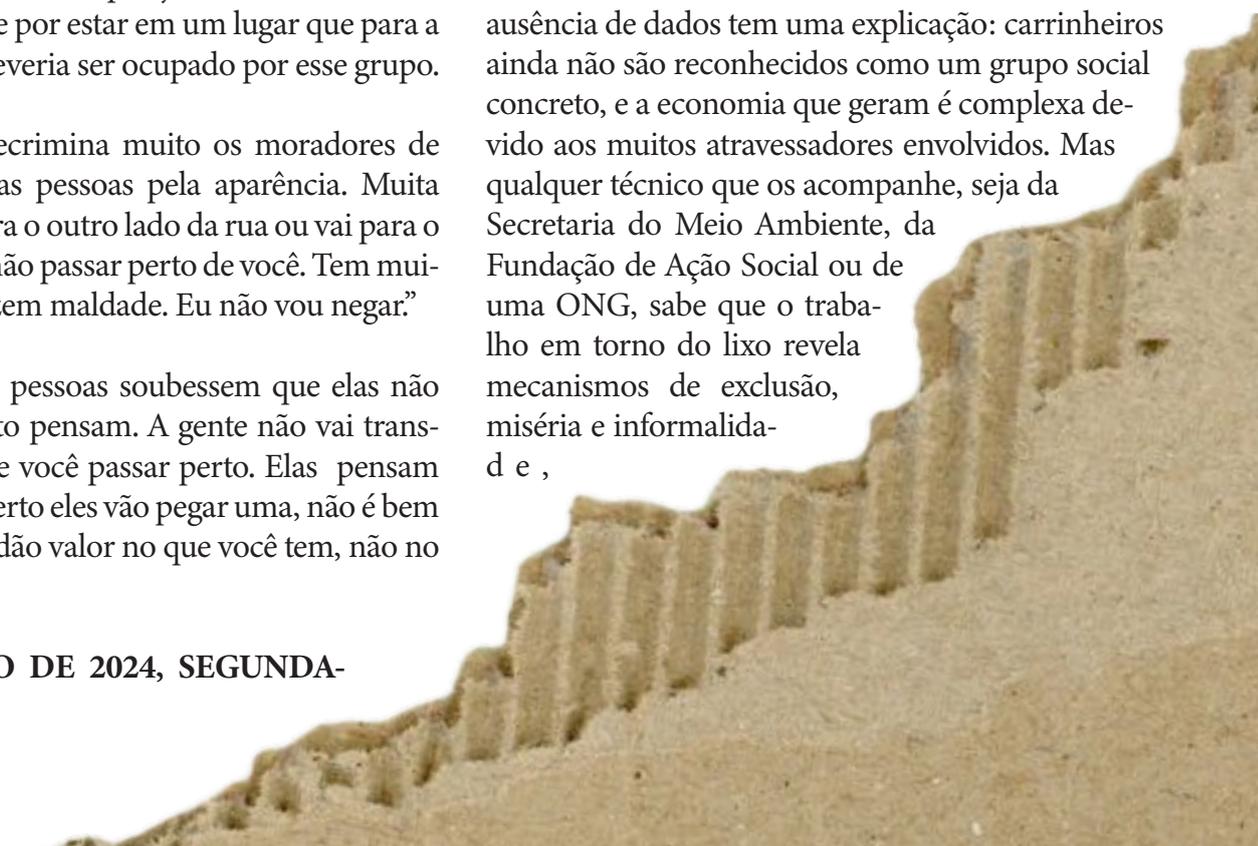
“Queria que as pessoas soubessem que elas não são tão más quanto pensam. A gente não vai transmitir doença só de você passar perto. Elas pensam que só de passar perto eles vão pegar uma, não é bem assim. As pessoas dão valor no que você tem, não no que você é.”

29 DE JULHO DE 2024, SEGUNDA-

-FEIRA, 20h40. Edinei costuma ficar naquela esquina até às 21h. A barraca fica em um dos pontos de chegada para os centros de reciclagem, onde os carrinheiros costumam vender o material recolhido ao longo do dia. Muitos deles moram ou na região ou perto dela, na Vila Capanema e na Vila Torres - a mais antiga zona favelizada de Curitiba. Observando a chegada das pessoas. Carrinheiros passavam a todo momento. Senhoras com mais de 60 anos, famílias com crianças pequenas, estacionavam seus carrinhos com recicláveis até o topo. Imaginamos como aquilo era possível. A desigualdade social atinge a todos, e foi a partir daquele momento que percebemos que ela não escolhe gênero ou idade.

Dois grupos que lidam diretamente com a vida na rua – seja por dependência financeira (carrinheiros), seja por falta de moradia (pessoas em condição de rua). A questão aqui é depender ou sobreviver delas, as ruas. Hoje, Curitiba conta com 4.096 pessoas em situação de rua, segundo dados do CadÚnico — o número é questionável, pois sua contabilização é feita a partir de um cadastro. Isso exige que a pessoa se declare como estando em situação de rua, algo difícil para quem vive nessas condições. Certamente, o número real é maior. Inserir pessoas no CadÚnico é um processo difícil e trabalhoso, que exige esforços de busca ativa e disponibilização de acesso ao sistema.

Já o número de carrinheiros ainda é incerto. Essa ausência de dados tem uma explicação: carrinheiros ainda não são reconhecidos como um grupo social concreto, e a economia que geram é complexa devido aos muitos atravessadores envolvidos. Mas qualquer técnico que os acompanhe, seja da Secretaria do Meio Ambiente, da Fundação de Ação Social ou de uma ONG, sabe que o trabalho em torno do lixo revela mecanismos de exclusão, miséria e informalidade ,



*Dados de 2023

Quantas pessoas vivem em situação de rua no Brasil?

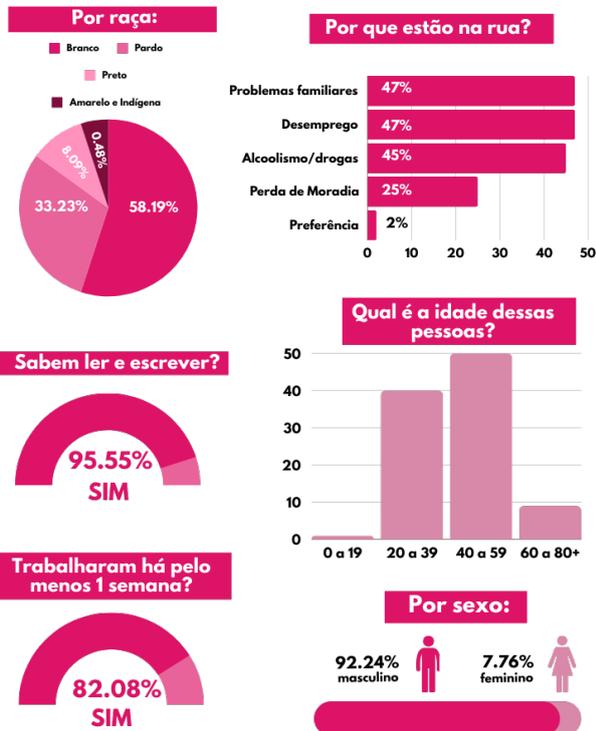


A cada 10 pessoas em situação de rua no Paraná, cerca de 3 estão na capital

Fonte: Observatório Nacional do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (2023)

*Dados de 2023

Quem são as pessoas em situação de rua em Curitiba?



Infografia: Izabel Forquim

destacando esses três grandes dramas brasileiros.

29 DE JULHO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, 20h50. Pelo resto da noite passamos observando pessoas passarem pelo lugar. A chuva tinha dado uma trégua, mas o frio não. Dias assim são bons para quem trabalha com recicláveis. Lembra da Ivonete? Ela chega a ganhar cerca de 70 reais em dias chuvosos, pois a água aumenta o peso do material. No entanto, essa condição também pode levar os centros de reciclagem a recusarem o material úmido, optando por recolhê-lo apenas no dia seguinte, quando estiver seco. Isso faz com que ela não receba pelo dia trabalhado.

SETENTA E CINCO centavos, esse é o valor do quilo do papelão. O papelão branco, 35 centavos e o plástico, 30 centavos. O que mais contribui para a renda são as latinhas, cujo quilo vale oito reais. Mas, em dias chuvosos, como o de hoje, elas se tornam escassas, pois as pessoas preferem consumir bebidas quentes.

Muitas vezes, os catadores de recicláveis passam despercebidos no cotidiano das cidades. No entanto, do outro lado do carrinho, pessoas como Ivonete percorrem dezenas de quilômetros diariamente para aumentar sua renda.

29 DE JULHO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, 21h10. No fim da noite, nos despedimos de todos e fomos embora. Cerca de cem pessoas passaram naquela esquina. Uma sensação introspectiva nos rodeou até a chegada em nossas casas. Nós duas, que nunca participamos de nenhum projeto daquele tipo, terminamos a noite dizendo uma à outra ao fechar a porta do carro: “E



“aí, voltamos na próxima segunda?”

Por que a moradia como início é a solução nesses casos?

Em 2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em parceria com a União Europeia, lançou a publicação "É possível o 'Housing First' no Brasil?". O "Housing First" é uma abordagem de política pública voltada para resolver a questão da falta de moradia, especialmente entre pessoas em situação de rua. Essa metodologia inverte a abordagem tradicional, que muitas vezes exige que os indivíduos enfrentem problemas como dependência química ou de saúde mental antes de receberem moradia estável. Ela precisa passar por um processo de socialização e por várias outras etapas para, em algum momento, conseguir ter autonomia para morar sozinha.

Como consenso geral, a moradia é o lugar em que, do ponto de vista ideal, deveria oferecer segurança e proteger dos perigos das ruas da cidade. É o espaço onde organizamos a alimentação, a vida familiar, a empregabilidade, nos recuperamos de enfermidades, acessamos recursos de higiene, descansamos e reunimos forças para o dia seguinte. Trocando por miúdos, a moradia é a questão central nas condições de reprodução da vida em sociedade.

Uma das primeiras a implementar o projeto no Brasil, mais especificamente em Curitiba, é a ONG Mãos Invisíveis, que há seis anos auxilia na busca por moradia imediata e estável para pessoas em situação de rua, sem exigir condições prévias, como tratamento de dependências ou problemas de saúde mental. Essa abordagem parte do princípio de que a moradia é um direito humano fundamental e oferece suporte contínuo para ajudar os beneficiários a manterem sua moradia e melhorarem suas vidas.

Para a historiadora e fundadora da ONG, Vanessa Lima, o direito à moradia é frequentemente negligenciado, apesar de ser fundamental para a dignidade humana e o bem-estar social. Enquanto

saúde e educação são amplamente reconhecidos e defendidos como direitos básicos, a moradia segura e adequada muitas vezes depende das condições financeiras ou de circunstâncias específicas, como herança ou ocupação. Esse cenário revela uma desigualdade estrutural onde os mais vulneráveis são frequentemente deixados sem opções viáveis. A garantia de moradia deveria ser tratada com a mesma seriedade e urgência que outros direitos básicos, assegurando que todos tenham acesso a um lar seguro e digno.

“Nós temos direito à saúde, direito à educação, mas o direito à moradia não é nem questionado. Ou você compra, aluga, herda ou ocupa”, coloca Lima

O problema vai além. A situação atual em Curitiba para lidar com a população de rua é como uma porta giratória de um banco", diz a fundadora. Ela descreve um ciclo em que a pessoa até consegue chegar aos abrigos e, eventualmente, a um hotel social, mas, por diversos motivos fora de seu controle, acaba perdendo a vaga e retornando às ruas.

O paradigma etapista, uma analogia da rua

Para facilitar, vamos pensar este problema a partir de um exemplo: Imagine uma pessoa, vamos chamá-la de Jorge. Jorge, de 30 anos, cresceu em um ambiente de violência doméstica e dificuldades econômicas. Deixou a escola ainda no ensino fundamental e começou a trabalhar nas ruas, onde desenvolveu uma dependência severa de substâncias psicoativas. Com o tempo, seu relacionamento com a família se deteriorou, levando-o a viver nas ruas e a depender de serviços de auxílio social.

Recebeu ajuda do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP) e conseguiu uma vaga em uma

ODS 10

comunidade terapêutica, onde permaneceu por nove meses. Lá, obteve tratamento, aprendeu estratégias para lidar com sua dependência e adquiriu um ofício. Após a alta, começou a trabalhar como auxiliar de cozinha, mas dependia de unidades de acolhimento para pernoitar.

A rotina trouxe ansiedade, e após um desentendimento na unidade de acolhimento, perdeu a vaga temporariamente e teve que retornar às ruas. Sem poder descansar adequadamente e sem apoio, foi demitido e recaiu no uso de substâncias, retornando à situação inicial. Este ciclo de tentativas e fracassos é comum entre pessoas em situação similar, enfrentando desafios contínuos para melhorar suas vidas.

Pode até parecer anedótico demais, mas essa ficção é o relato que se repete em muitas trajetórias individuais. Trata-se da história de muitas pessoas que tentaram – e continuam tentando – construir outros projetos e melhorar suas condições de vida, mas que encontram obstáculos — tanto internos quanto externos a elas — e que acabam repetindo um ciclo, que muitas vezes parece insuperável.

Então porque a moradia tem que ser primeiro? “Quando você encontra uma pessoa que vive há muito tempo na rua, com problemas graves de dependência química e saúde mental, é necessário um processo específico de suplementação para atender às

necessidades de cada local. Com acompanhamento técnico especializado, essas pessoas são colocadas em uma casa. A partir desse suporte, outras políticas podem ser acessadas. Isso ajuda a minimizar os gastos públicos com saúde e segurança, além de garantir que a pessoa mantenha sua moradia e tenha acesso aos seus direitos”, finaliza Lima.

O projeto tem mostrado eficácia em outros países e no Brasil, promovendo a estabilidade habitacional e reduzindo o uso de serviços de emergência. Ele está sendo adaptado à realidade curitibana para enfrentar a questão da falta de moradia de forma mais direta e humanizada.

MEU AMIGO CARRINHEIRO

O Projeto “Meu Amigo Carrinheiro” é uma iniciativa independente, gerida exclusivamente pela Sociedade Espiritualista Cruzeiro das Almas, mantenedora do TUCA. Seu objetivo é permitir que o médium da corrente pratique a caridade material, sem a intenção de converter adeptos para a Umbanda, mas aplicando os ensinamentos aprendidos nas giras.

O projeto surgiu a partir do sucesso do "Cachorro Quente aos Carrinheiros", iniciado em 20 de junho de 2011. Desde então, toda segunda-feira a partir das 19h, são distribuídos 320 cachorros-quentes e 40 litros de suco na esquina das ruas Engenheiro Rebouças com Conselheiro Laurindo. Além disso, o projeto inclui a entrega de cestas básicas, roupas, sapatos, kits de material escolar, e realiza campanhas de Páscoa, Dia das Crianças e Natal.

Com o crescimento da demanda, o projeto foi renomeado para "Meu Amigo Carrinheiro", refletindo sua expansão e o verdadeiro sentimento de apoio e solidariedade aos catadores de papel. A missão do projeto não é doutrinar, mas levar alimento e esperança, seguindo o ensinamento de Jesus sobre a caridade incondicional e a obrigação de atender ao próximo.

Para mais informações e maneiras de como ajudar o projeto acesse: facebook.com/projeto-meuamigocarrinheiro ou entre em contato pelo email projotomeuamigocarrinheiro@hotmail.com

O que é a "situação de rua"?

É preciso lembrar que a população de rua, como qualquer outro segmento social, é heterogênea. Essas pessoas dormem sob marquises, em praças, viadutos, pontes, prédios abandonados e carcaças de veículos, locais com pouca ou nenhuma higiene. Esse grupo diverso, com diferentes vivências e motivos para estarem nessa situação, é unido pela falta de moradia fixa e por vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.

O termo “população em situação de rua” (PSR) e suas características foram definidas em 2005 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e constam na Política Nacional para a População em Situação de Rua (decreto nº 7.053 de 2009).

O que leva a essa situação?

As pessoas em situação de rua têm motivos variados para estarem nessa condição, com alguns sendo mais comuns: alcoolismo e/ou uso de drogas (30,4%), perda de emprego (40,5%), conflitos familiares (47,3%) e perda de moradia (26,1%), segundo um relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de dezembro de 2023. Embora seja raro, alguns escolhem viver nas ruas devido à violência e abusos domésticos ou desentendimentos familiares, buscando a sensação de liberdade que a vida na rua proporciona.

Qual é o perfil?

Em Curitiba, 58% das pessoas em situação de rua que estão registradas no CadÚnico são brancas. A maioria dessas pessoas é também do sexo masculino (92%) e se encontra na faixa etária entre 18 e 59 anos (em torno de 90%). Do total, 97% vivem nas ruas com a família. Dessa população, 12% apresentam alguma deficiência, e a maior parte (97%) tem ensino fundamental incompleto. Outro ponto importante é que quase 60% vem de outros municípios do estado.

Políticas públicas em Curitiba?

No Brasil, as políticas públicas para assistência social à população em situação de rua são responsabilidade do governo federal, estados e municípios. A Política Nacional para População em Situação de Rua, implementada em 2008, inclui capacitação de profissionais, serviços de assistência social, intermediação de empregos e criação de moradias. O governo federal financia projetos em municípios com mais de 100 mil habitantes ou com mais de 50 mil em regiões metropolitanas. Além disso, o projeto Moradia Primeiro que fornece moradia imediata e estável para pessoas em situação de rua, sem condições prévias, partindo do princípio de que a moradia é um direito fundamental.

MÃOS INVISÍVEIS

A ONG “Mãos Invisíveis”, atuando há seis anos em Curitiba e Região, foca na população em situação de rua e famílias em extrema vulnerabilidade. Com um olhar horizontal e “sem rostos”, a ONG promove vínculos diretos com os atendidos e oferece ajuda emergencial, como roupas e alimentos, além de investir na capacitação contínua. Seu objetivo é garantir acesso a itens básicos, apoiar na reivindicação de direitos e promover a superação da situação de rua.

Desde 2017, a ONG realiza um café comunitário — Café Pretexto — todos os domingos das 9h às 11h, faça chuva ou faça sol, na Praça Generoso Marques. Este evento, que atende semanalmente 300 pessoas, vai além do assistencialismo ao utilizar o momento para criar vínculos e oferecer escuta ativa. A abordagem abrangente da “Mãos Invisíveis” visa empoderar os indivíduos para reconstruírem suas vidas com dignidade e transformar a percepção da sociedade, criando um ambiente mais inclusivo e solidário.

Para mais informações e maneiras de ajudar a ONG acesse: maosinvisiveis.com.br ou pelo Instagram: [projetomaosinvisiveis](https://www.instagram.com/projetomaosinvisiveis)

O DIREITO À IDENTIDADE, O PRIMEIRO ATO DE CIDADANIA

A realidade da subnotificação de nascimentos e o incentivo ao Registro Civil pelo desenvolvimento sustentável

Mariú Buso Dunaiski

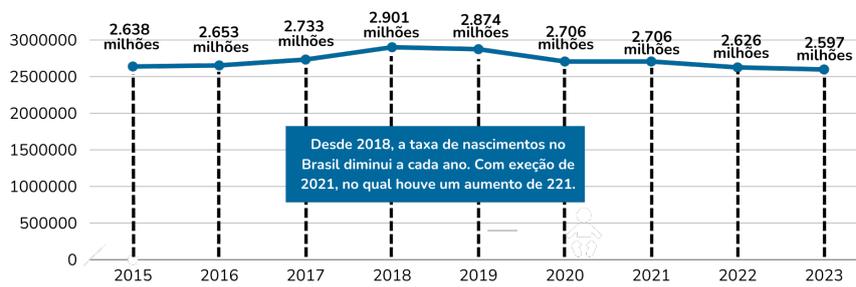
“Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.” É o que diz o Artigo 6 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que contempla, entre outras garantias, o direito à identidade. Esse é um dos direitos fundamentais do cidadão, pois lhe permite acesso às outras garantias civis. É o direito de cada pessoa a ter reconhecido o seu nome, sua genealogia, sua data e local de nascimento, sua identidade como indivíduo e como parte de um coletivo. No Brasil, é o Registro Civil que assegura esse papel, como o primeiro instrumento de exercício da cidadania.

Nos últimos tempos, o país tem feito progressos significativos na eliminação de sub-registro dos nascimentos. No entanto, é possível observar que altos índices persistem em grupos específicos, como povos e comunidades tradicionais, população carcerária, pessoas em situação de rua, trabalhadores rurais, povos indígenas, comunidades quilombolas, ciganos, entre outros, devido à falta de acessibilidade e serviços adaptados às diferentes realidades e estilos de vida.

O governo nacional se comprometeu a implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), que tem entre seus objetivos promover sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, cumprindo a meta 16.9 de, até 2030, fornecer identidade legal e o direito à documentação para todos.

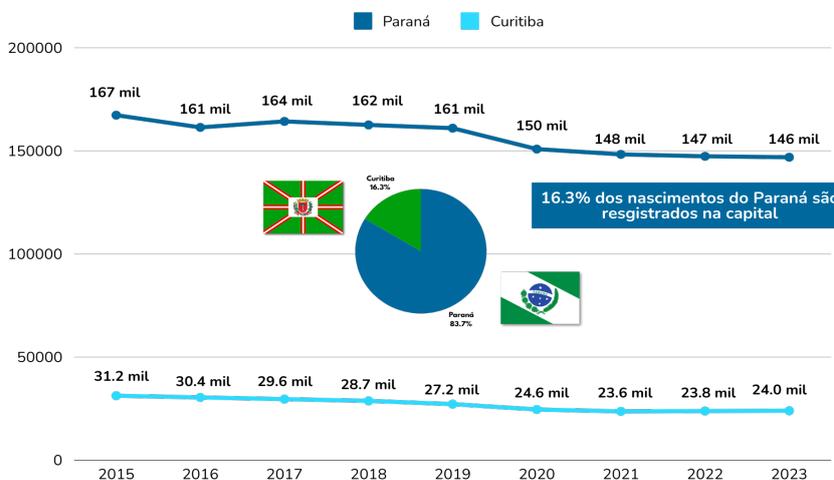
Cenário Regional

NÚMERO DE NASCIMENTOS NO BRASIL



Fonte: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, REGISTRO CIVIL, ACESSO AGOSTO DE 2023

NÚMERO DE NASCIMENTOS NO PARANÁ E CURITIBA



Fonte: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, REGISTRO CIVIL, ACESSO AGOSTO DE 2023

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2016, o Brasil tem cerca de 3 milhões de pessoas sem documentos. No Paraná, no entanto, o índice de subnotificação de registro civil de nascimento é baixo, contemplando apenas 0,3% da população. Assim, os paranaenses detêm a terceira maior cobertura registral do país.

Em 2022, foram cadastradas 2.626.008 milhões de certidões de nascimento em todo o território nacional, sendo 147.366 no Paraná e 23.870 na cidade de Curitiba, registrando 99,83% dos nascidos vivos. Entre 2021 e 2022, a taxa de nascidos não registrados diminuiu de 0,27% para 0,17%, colocando o Paraná como melhor índice nacional na diminuição do sub-registro.

O que está sendo feito?

Realizada anualmente na segunda semana de maio, a Semana Nacional do Registro Civil, intitulada “Registre-se!”, sob o lema “Sua história tem nome e sobrenome”, é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e tem como objetivo ampliar o acesso da população mais vulnerável à documentação básica e erradicar o sub-registro civil no país. Ela reúne desde 2023 nas 26 capitais e no Distrito Federal diversos órgãos e programas de assistência social disponíveis para atender a população, possibilitando acesso a documentos em primeira e segunda via, como certidões de nascimento e casamento, título de eleitor, carteira de identidade, entre outros. Em Curitiba, o evento acontece na Praça da Solidariedade do bairro Jardim Botânico, no Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua (Centro Pop).

“Nosso compromisso como registradores civis é levar cidadania a todas as pessoas. Esse evento é essencial para assegurar os direitos a essa população vulnerável, seguindo a determinação do Provimento nº140 de 22/02/2023 da CNJ”, destaca o presidente da Arpen/PR, Mateus Afonso Vido da Silva.

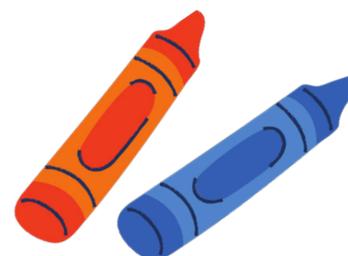
Colaboram com o projeto outras entidades além



da Arpen/PR, como a Fundação de Ação Social (FAS), da Prefeitura de Curitiba, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região — Seção Judiciária do Paraná, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR), o Ministério Público do Paraná (MPPR), a Polícia Federal (PF), o Instituto de Identificação da Polícia Civil do Paraná, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Exército, o programa “Justiça no Bairro” e o Grupo de Trabalho de População em Situação de Rua do TJPR.



Os primeiros anos em nossas mãos



Entenda os principais desafios que Curitiba enfrenta no avanço da primeira infância, como a cidade está investindo e quais são as demandas na busca por equidade

Emilly Cristina Domingues
Maria Regina Guimarães

A educação primária é o alicerce sobre o qual se constrói o futuro de uma nação. Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a Agenda 2030, delineando 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre os quais se

destaca o compromisso de “garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Esse compromisso enfatiza a importância de investir nos primeiros anos de vida como um meio de combater desigualdades sociais e promover um futuro mais justo.

No Brasil, a realidade da educação infantil ainda apresenta desafios significativos, especialmente em relação à situação de famílias de baixa renda. Dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, revelam a alta vulnerabilidade de crianças na primeira infân-

cia no país, especialmente entre famílias de baixa renda. O estudo mostra que 55,4% das crianças de zero a seis anos vivem em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Sem programas de assistência como o Bolsa Família, muitas dessas crianças estariam em situação de extrema pobreza.

Esses problemas geram possíveis impactos econômicos, sociais e de saúde. A longo prazo, crianças que têm menos oportunidades de desenvolvimento nessa etapa têm maior probabilidade de se tornarem adultos pobres, perpetuando o ciclo intergeracional da pobreza.

O acesso a condições básicas de alimentação, educação e saúde rompe barreiras como desigualdades, insegurança alimentar, baixa escolaridade, cobertura vacinal insuficiente e risco de mortalidade. Além disso, reduz índices elevados de gravidez na adolescência e torna as pessoas menos suscetíveis à violência e negligência.

Curitiba e a busca por melhorias na Educação Infantil

Em Curitiba, um dos principais desafios tem sido ampliar o acesso à educação infantil, especialmente em creches e pré-escolas. A cidade, que já implementou diversas ações em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), ainda enfrenta dificuldades no acesso das famílias que dependem exclusivamente do setor público.

Desde a implementação do PNE, instituído pela Lei nº 13.005/2014, que estabeleceu diretrizes e metas para a universalização do atendimento escolar e melhoria da qualidade da educação, Curitiba tem adotado estratégias para minimizar a falta de acesso à educação na pri-

meira infância e cumprir a Meta 1 do plano.

A Secretaria Municipal de Educação vem ampliando a oferta de vagas na educação infantil, com a rede municipal atualmente contando com 237 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e 159 Centros de Educação Infantil (CEIs) conveniados. Desde 2017, foram inaugurados 32 novos CMEIs, além de significativas melhorias na infraestrutura existente e a criação de novas vagas, fortalecendo o compromisso da cidade com a educação infantil.

No entanto, nem tudo é positivo: dez anos depois, o PNE chegou ao fim sem atingir sua principal meta de ter 50% das crianças de até três anos matriculadas em creches e 100% das crianças de quatro a cinco anos com acesso à pré-escola, segundo o Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação, evidenciando que o caminho para a universalização da educação, no Brasil, ainda é longo.

Desafios e discussões

As iniciativas de Curitiba, embora significativas, mostram que há muito a ser feito para atingir as metas propostas pela Agenda 2030.

A Defensoria Pública do Paraná também tem atuado para garantir o direito à educação infantil, com mais de 250 ações individuais no último ano para obrigar o Executivo municipal a prestar atendimento. Mas um detalhe nas sugestões protocoladas ao Executivo no primeiro semestre de 2024 chama a atenção: das 309 propostas recebidas, 286 foram aprovadas e apenas uma foi rejeitada. Esta, justamente, tratava-se de um pedido para revisar o sistema de repasse às cre-



ODS 04

ches conveniadas ao município.

Além das iniciativas, é essencial considerar o impacto das políticas de repasse nas creches conveniadas. A rejeição da proposta levanta questões sobre a equidade e a eficiência dos recursos destinados à educação infantil. Essa falta de análise crítica sobre o financiamento pode afetar a qualidade de atendimento e acesso das crianças ao ensino de qualidade.

A conjuntura exige maior transparência e discussão pública sobre como os recursos estão sendo distribuídos e utilizados, garantindo assim que todos os centros infantis recebam o suporte necessário para ofertar um ambiente de aprendizado adequado e de qualidade, como é proposto e como as crianças merecem.

Participação comunitária

Enquanto a capital paranaense enfrenta esse duelo para a melhoria da educação infantil, outro aspecto crucial que emerge é a falta de envolvimento ativo da comunidade.

Nivaldo Noga, pré-candidato a vereador no município pelo Partido dos Trabalhadores (PT), aponta uma carência de

iniciativas que estimulem a participação da comunidade escolar e local no processo educacional.

*“Sinto que há ausência da comunidade escolar, local e do seguimento, bem como falta de estímulo do poder público ou dos gestores das escolas para participação e ou melhorar a pequena participação existente. Sou contra a gestão da esfera privada, mas são necessárias como fornecedores”,
opina Noga*

Esse déficit de engajamento comunitário cria desafios adicionais para as escolas, que lutam para estabelecer um ambiente colaborativo e inclusivo. Sem o

envolvimento ativo das famílias e da comunidade, as iniciativas educativas tendem a ser fragmentadas e menos eficazes.

Para enfrentar esses desafios, é essencial implementar políticas que promovam a inclusão e o envolvimento comunitário, como programas de voluntariado, fóruns de discussão e eventos escolares. Além disso, gestores escolares precisam ser capacitados para incentivar a participação comunitária de forma eficaz.

A voz das famílias: a realidade de quem precisa de vagas

A demanda por Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) nas terras curitibanas ultrapassa a oferta disponível e se torna, para além de um problema de gestão pública, um desafio para o bem-estar das famílias que dependem dessas vagas não apenas para a educação das crianças, mas também para equilibrar suas responsabilidades pessoais e profissionais.

Jaqueline Correa de Castro, 39, é técnica em um laboratório de manipulação, mãe de três filhos e um retrato de milhares de mães curitibanas que enfrentam dificuldades para conseguir



vaga em uma creche pública para o filho. Hoje, com as três crianças tendo sido matriculadas em CMEIs, ela relata as diferenças entre as experiências ao longo dos anos.

“De início, era preciso ir pessoalmente ao CMEI, fazer a inscrição e esperar a visita de uma conselheira que avaliava a situação socioeconômica da família. Hoje, o processo é online, mas continua difícil conseguir uma vaga. Meu último filho só conseguiu entrar após um ano e dois meses, e isso depois de muita luta, visitas ao Conselho Tutelar e até mesmo a necessidade de pagar por uma creche particular por um tempo, o que foi um grande sacrifício financeiro para a nossa família”, explica.

“No primeiro emprego dele [marido], ele teve que sair, que foi quando o CMEI entrou de reforma e ficamos totalmente sem [...] ele explicou lá na empresa o que estava acontecendo, explicou que

ele não tinha com quem deixar, ou era ele que pedia a conta, né? E daí ele optou por ele pedir e ele ficou com o nenê três meses”, conta Jaqueline.

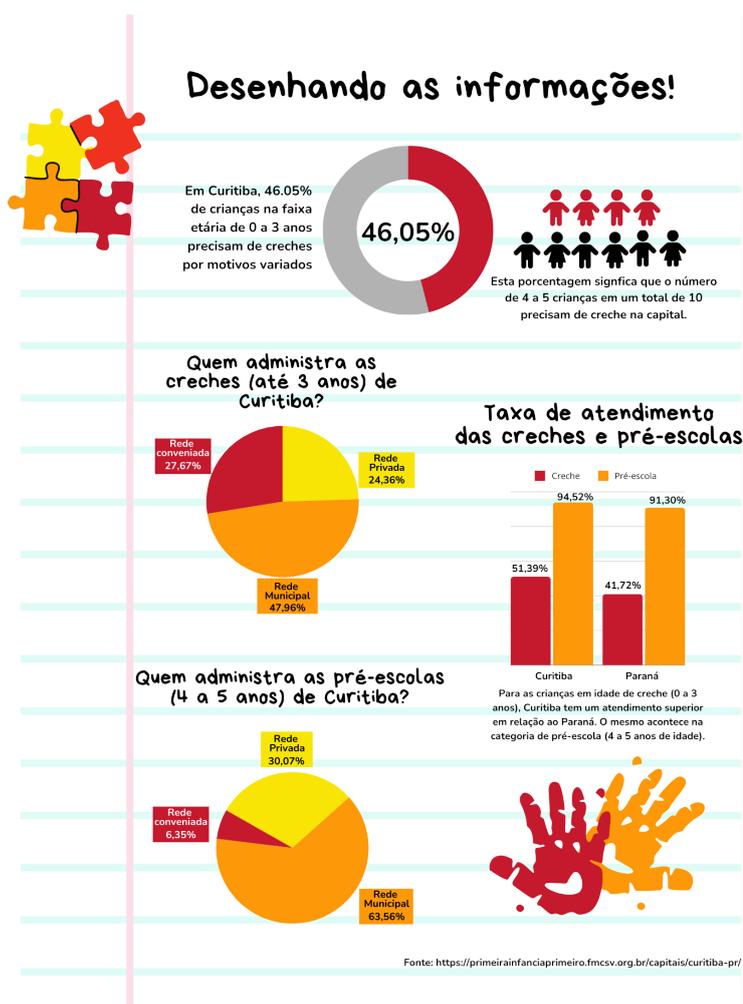
O papel do Poder Público na educação primária

O poder público desempenha um papel vital na garantia de uma educação infantil de qualidade. Em Curitiba, a falta de vagas em creches e pré-escolas públicas é um dos principais problemas enfrentados pelas famílias.

Nivaldo Noga ressalta que há uma disparidade preocupante entre a demanda e a oferta das vagas nas creches públicas. “Vejo uma falta total do poder público pois observamos elevada carência de vagas, em torno de 8 mil, mas na efetiva realidade pode chegar a 10 mil vagas faltantes e ainda o sistema atual existente parou no tempo, pois não vejo nenhuma ação para tornar o ensino mais atrativo ou com possibilidade de melhorias no ensino, na própria gestão e incrementos compatíveis com às atualizações constantes de um mundo em constante evolução”, explica o pré-candidato.

Essas questões refletem a necessidade de investimentos e escuta participativa da população para melhorias no sistema educacional. A escassez de vagas e a falta de modernização do sistema educativo são problemas que têm um impacto direto nas famílias e nas crianças, muitas vezes impedindo o acesso a uma educação de qualidade e limitando as oportunidades de desenvolvimento infantil.

A educação primária é o pilar do desenvolvimento. A luta por um ensino inclusivo e de qualidade não é apenas uma questão de acesso às vagas, mas também de garantir que todas as crianças, independentemente da condição social, possam desenvolver plenamente seu potencial. O futuro do país, afinal, está em nossas mãos: nos primeiros anos de vida de nossas crianças, quando as bases para um amanhã mais justo e próspero são construídas.



Existe atendimento efetivo à vítima de violência doméstica em Curitiba?

Casa de Referência da Mulher Rose Nunes levanta debate sobre a eficiência da Casa da Mulher Brasileira como forma de combate à violência de gênero em Curitiba na busca por equidade

Ana Luiza Costa Halat
Nayara Almeida

Era uma manhã de quinta-feira, 27 de junho, quando a casa situada na Rua Treze de Maio, no bairro São Francisco, em Curitiba, recebeu a operação responsável por desocupar o imóvel, tirando de lá em torno de 20 mulheres, entre acolhidas e ativistas. Todas reunidas no local pelo mesmo motivo: o combate à violência de gênero.

A Casa de Referência da Mulher Rose Nunes teve o início de sua história no dia 31 de março deste ano, em um feriado da Páscoa. O Movimento de Mulheres Olga Benário ocupou o imóvel abandonado e deu um novo sig-

nificado ao ambiente que, antes, era visto como abandonado por todos que passavam pela rua central curitibana.

A partir de então, as ativistas organizaram o recinto. Cozinha, creche para as crianças, paredes pintadas por artistas e salas de acolhimento tomaram os cômodos e foram consolidando, com a ajuda de doações e apelos online, a casa de referência a mulheres que foram vítimas de violência doméstica.

A ocupação durou três meses até a reintegração de posse ser realizada subitamente. De acordo com a integrante do Movimento de Mulheres Olga Benário, Pietra Comelli, mais de 20 mulheres buscaram atendimento durante o período. “A polícia não esperou sequer a nossa advogada chegar. Mandaram todos saírem e disseram que, caso contrário, iriam dar voz de prisão para todos que estavam dentro da casa”, relatou Comelli.

Pietra ainda comentou sobre a reação das vítimas que lá estavam. “Uma das mulheres que estava abrigada na casa entrou em estado de surto pelo estresse da

situação”.

Outra crítica à forma de abordagem da polícia foi o tempo dado para que as mulheres pudessem retirar os seus pertences da casa. Foram 15 minutos para entrarem e recolherem os itens que estavam por lá. As pessoas abrigadas foram encaminhadas para o atendimento da Fundação de Ação Social de Curitiba.

Depois da ação policial de reintegração de posse, as ativistas e apoiadoras do movimento que estavam no local marcharam até a prefeitura municipal para ter uma conversa e tentar reverter a situação. “No momento que a gente chegou já fecharam as portas e não deixaram a gente entrar”, contou a ativista.

Após a pressão, as manifestantes conseguiram realizar uma reunião com a prefeitura para apresentar as suas reivindicações. O retorno foi de que o município já tem órgãos que atuam no combate à violência contra a mulher com atendimento 24 horas, como é o caso da Casa da Mulher Brasileira.

Durante a ação, Vinicius



ODS 05

Schueda Ramos e André Luiz Sanches Ferreira Filho, militantes da Unidade Popular (UP) foram presos, acusados de dano qualificado ao patrimônio público e lesão corporal qualificada. Os manifestantes ficaram em vigília em frente à Cadeia Pública de Curitiba, para onde foram levados, até o final da tarde de sexta-feira, 28 de junho, quando foram soltos. “A gente tem tudo gravado para provar que foi uma prisão ilegal”, comentou Pietra.

Agora, o objetivo do Movimento de Mulheres Olga

Benário é a denúncia das irregularidades apontadas na reintegração da ocupação e da prisão de Vinicius e André. “Depois que aconteceu todo o processo, estamos voltando com as nossas lutas. Sem a casa, mas continuando fazendo as nossas reuniões e lutando pela anulação do processo dos companheiros”, disse Comelli.

Entre alternativas eficazes e barreiras

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), entre janeiro e maio de 2024 foram registrados mais de 100 mil boletins de ocorrência de violência contra a mulher e 30 mil de violência doméstica. No mesmo período, a capital paranaense registrou 3.800 casos de violência doméstica contra a mulher.

Em Curitiba, a Casa da Mulher Brasileira (CMBC) é o principal local de atendimento, acolhimento e apoio psicossocial para as mulheres em situação de violência doméstica. Além disso, reúne os serviços de Delegacia da Mulher, Defensoria Pública, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar, o Ministério Público, a Patrulha Maria da Penha e outros os programas direcionados à autonomia das mulheres após as situações de violência. Entre os serviços estão o alojamento e espaço de cuidado com as crianças, como a brinquedoteca.

O ambiente que a princípio era para ser acolhedor para o público feminino tornou-se hostil, como relata a advogada Fabiana Longhi, que atua em defesa em direitos de mulheres, autistas e pessoas idosas. Ao acompanhar uma cliente para o depoimento na CMBC para um inspetor foram questionadas a respeito da veracidade dos fatos. “A mulher já é vítima de violência doméstica, social, política e se tornou, novamente, vítima de violência judicial.”, contou a advogada.



Operação policial. Foto: Acervo Movimento de Mulheres Olga Benário

Atualmente a Casa da Mulher

Brasileira está localizada no bairro do Cabral, em Curitiba (PR), e possui outras sedes no Brasil inteiro, incluindo Campo Grande (MS), Fortaleza (CE), São Paulo (SP), Boa Vista (RR), Ceilândia (DF), São Luís (MA) e Salvador (BA).

Essas instituições oferecem atendimento 24 horas por dia, todos os dias da semana. Apesar da disponibilidade, há diversos outros desafios na busca pelo serviço, assim como conta a assistente social, em Curitiba, Grezille Tedesco: entre todas as mulheres vítimas de violência que encaminhou para a instituição, somente uma teve atendimento.

Grupos como o Movimento Olga Benário também indicam lacunas no tratamento às vítimas que buscam este caminho. Um dos problemas apresentados é a restrição ao atendimento de mulheres que residem em Curitiba, por exemplo. As vítimas que vêm da região metropolitana não são atendidas pelo estabelecimento.

Outra queixa apontada é a falta de atendimento integral. “Recebemos o relato de pessoas que foram até lá de que o atendimento 24 horas só funciona se você chegar com um advogado. Isso elitiza muito mais o processo para conseguir fazer uma denúncia”, contou Comelli.

Tedesco destaca que, para acessar os serviços, como psicólogo, assistente social e jurídica da CMBC é preciso fazer um agendamento prévio. Somente a delegacia funciona em tempo integral, mas com exceções. A assistente social revela que em muitas situações precisou ligar para o atendimento dessas mulheres que foram até o local.

Após a assistência, o abrigo oferecido para as mulheres e seus filhos, caso estejam acompanhadas, é de apenas 48 horas. Sendo um impeditivo para muitas mulheres em situação de violência, pois além de enfrentar o agendamento, precisam lidar com a incerteza sobre a continuidade do abrigo para a sua própria segurança. Em outros casos, quando não conseguem atendimento, precisam voltar para o agressor, como é o caso de uma das pacientes da assistente social.



Infografia: Izabel Forquim



A paciente sofre violência doméstica por parte do namorado e também é PCD. Sendo uma das internas do Hospital em que trabalha, a mãe da paciente foi até a instituição para dar início ao atendimento que a assistente social encaminhou. Porém, a CMBC não quis atender por não ser a pessoa que receberia atendimento. “Infelizmente, ela disse que vai voltar para o marido, mesmo a gente dizendo pra não voltar, porque não está vendo outra solução”, relatou a assistente social.

Nas avaliações do Google sobre a Casa da Mu-



lher Brasileira de Curitiba existem relatos de diferentes tipos de tratamento encontrados em tentativas de utilização dos serviços oferecidos. Enquanto 46% dos comentários avalia o serviço com 1 estrela, 33% dá a nota máxima para o atendimento (dentro de uma escala em que 1 estrela é o valor mínimo e 5 estrelas é o máximo).

Por outro lado, o atendimento da Casa de Referência da Mulher Rose Nunes para as mulheres em situação vulnerável era multidisciplinar, com acolhimento psicológico, jurídico, social e político. “Era um local de refúgio para estas mulheres, que estão em vulnerabilidade social e familiar e que buscam um espaço para se estabelecerem e para recomeçarem suas vidas, longe das violências que as acometeram”, apontou a advogada Fabiana Longhi, atuante em defesa do direito das mulheres.

O Paraná é o estado em que mais ocorrem crimes de feminicídios no Brasil, isto é, quan-

do a morte ocorre por questão de gênero. Segundo o relatório do Monitor de Feminicídios no Brasil, elaborado pelo Laboratório de Estudos de Feminicídio (Lesfem) da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

A Casa de Referência Rose Nunes atuava ativamente no combate dessa situação, acolhendo as mulheres e buscando a independência física e psicológica. “Aquela casa foi uma forma de criticar e de cobrar do Estado sobre o serviço que eles deveriam estar fazendo”, finalizou Comelli.

Sobre os relatos, a Casa da Mulher Brasileira afirma que não é necessário acompanhamento de advogado para realizar o boletim de ocorrência na delegacia 24 horas e que os serviços de psicologia e assistência social funcionam em horário comercial.

Em relação à falta de atendimento às mulheres residentes na região metropolitana, a assessoria da Prefeitura de Curitiba informa que existem oito casas pelo Brasil, sendo uma delas em

Curitiba. Entretanto, a equipe de reportagem apurou e o site da CMBC comunica que a casa atende apenas às residentes da capital.

No caso das avaliações no Google que citavam demora para registro de boletim de ocorrência e mau atendimento dos policiais na Delegacia da Mulher da casa, a equipe de reportagem entrou em contato com a assessoria da Polícia Civil do Paraná, que não respondeu até o momento de fechamento desta edição.

Se você for vítima de violência doméstica ou conhecer alguém que está passando por isso, contate a Assessoria de Direitos Humanos e Política para Mulheres de Curitiba ou, se preferir, movimentos como o Olga Benário.

Serviço

Casa da Mulher Brasileira

Endereço: Av. Paraná, 870

Telefone: (41) 3221-2701
3221-2710

**Movimento de Mulheres
Olga Benário – Curitiba**

Instagram:
@movimentoolga

“Se ele já começou a chutar e socar, na próxima vez, ele vai te matar”

Ana Luiza Costa Halat
Nayara Almeida

Entrelaçar de histórias: Desafios enfrentados por Grazielle Tedesco no acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica em Curitiba

Aos 39 anos, a assistente social, Grazielle Tedesco, formada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2008, tem uma história de luta em defesa da mulher, motivada pela infância marcada pela física, verbal e sexual vividos. No ano de 2009 iniciou seu contato com o acolhimento das histórias femininas na Delegacia Legal do Rio de Janeiro, atendendo principalmente mulheres vítimas de violência. A partir de então, se interessou pela área da saúde e atualmente trabalha em um hospital na região central de Curitiba. Grazielle é formada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2008, com especialização na área de doenças psicossomáticas, assistência social e interdisciplinaridade na Universidade Federal do Paraná.

A trajetória da assistente social foi moldada pelas histórias e realidades com que se deparou na Delegacia Legal do Rio de Janeiro. No local, efetuou todo tipo de atendimento ao público, como a recepção e trabalho social com as vítimas de violência doméstica. Entre os casos que participou, um dos mais impactantes foi o atendimento de uma vítima muito machucada fisicamente, provavelmente causados por socos e chutes. A vítima,

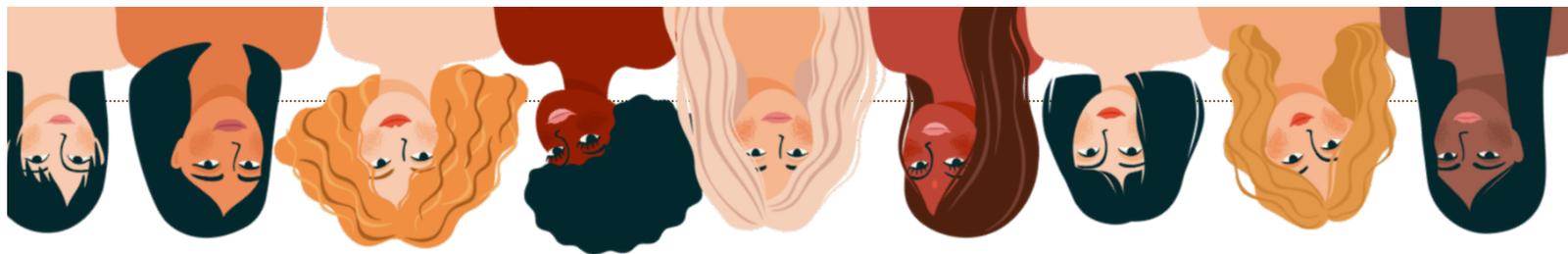
abalada psicologicamente, pediu que a assistente social a ajudasse, mas o marido, policial militar, chegou em seguida com uma arma apontada para a vítima. Grazielle relata que pensou que os colegas iriam intervir e prender o marido. Pelo contrário – no final da noite o homem foi para casa se acalmar, já a mulher fugiu. “Foi uma experiência muito difícil”, relembra.

Outro caso de grande impacto na vida da assistente social foi quando trabalhava em um Hospital da região metropolitana. A vítima estava grávida, mas tinha medida protetiva contra o pai do bebê. Acreditava que o filho passaria vergonha sem uma figura paterna. Ao permitir que esse homem voltasse para a vida dela e do filho – que nesse momento já havia nascido – a violência psicológica somente se intensificou. Um dia, o bebê com 3 meses chegou ao hospital. Grazielle soube que o pai tinha matado a mãe e se suicidado em seguida.

A mudança de estado foi um ponto de virada na vida de Grazielle. Percebeu a diferença latente nas vítimas que as impedia de denunciarem as violências por medo e vergonha.

A violência doméstica é uma questão social multifacetada. Atrelada ao ciclo da violência, envolve fases em que as mulheres são cercadas e manipuladas para permanecerem diante da situação de agressão física, psicológica e patrimonial.

Em uma entrevista para a Revista Mercúrio, Grazielle Tedesco compartilhou suas experiências e os desafios da assistência social ao lidar com as dores das mulheres vítimas de violência.



Como se desenvolve o ciclo da violência?

Grazielle Tedesco: O ciclo da violência começa com uma briga e [o casal] se separa. Em pouco tempo, ele pede desculpa e ela se sente amada. Então, o cara começa a ficar nervoso, e o ciclo avança para o segundo e o terceiro estágio, depois outra briga e o perdão novamente. Para a mulher, sair disso é uma prisão psicológica muito grande, eles [os parceiros] são extremamente manipuladores. Na terceira fase da agressão, se antes ele só te empurrou, agora ele vai te dar um tapa na cara. Se antes foi um tapa na cara, hoje é um empurrão. Se ele já começou a chutar e socar, na próxima vez, ele vai te matar.

Quais os principais desafios que a Casa da Mulher Brasileira enfrenta atualmente?

GT: Sim, tivemos muitos ganhos no meio. Hoje, estamos aqui falando sobre um programa da política da mulher. Mas, a Casa da Mulher Brasileira (CMBC) é muito ineficiente no sentido de localidade. Por exem-

plo, uma pessoa que mora no Sítio Cercado, vai descer no Cabral? Às vezes nem tem dinheiro para isso. A mulher tem que ser moradora de Curitiba, não pode ser de outro município. Se for de outro município, ela não tem acesso [ao atendimento]. Tem que fazer um agendamento, para uma mulher que apanha, que sofre medo e injustiça, fazer um agendamento é complicado.

Qual o papel das casas de acolhimento no enfrentamento da violência contra a mulher?

GT: Eu acho que é um papel mais educativo. O serviço social olha vários aspectos, é uma escola que bebe de várias teorias de economia, política e direito. O que eu percebi na Casa da Mulher Brasileira durante a minha caminhada é que as mulheres chegam lá e não recebem uma explicação, mas um convencimento.

Imagina que você é uma mulher que apanha do seu marido, namorado ou pai e está em volta daquela situação de agressividade. Você precisa ser convencida de que aquilo não é bom para

você, só que a sua cultura não é igual a minha. Eu preciso entender a sua cultura, e a Casa da Mulher Brasileira coloca todo mundo no mesmo quadrado. Você pode olhar para mim e dizer que precisa parar de apanhar; eu não vou entender. Quem vai me sustentar? Quem vai me ajudar com as crianças? Ele me bate, mas ele é um cara trabalhador.

Como é conduzido o atendimento psicossocial às mulheres vítimas de violência doméstica pelas assistentes sociais?

GT: É um trabalho de orientação, escuta qualificada e ação. Primeiro, começamos ouvindo. Sempre tentamos criar um vínculo, é importante o vínculo entre o usuário e assistente social a partir desse momento. Identificamos quais são os problemas vamos orientar. É um emaranhado de questões que precisamos aprender a puxar devagarinho. Uma pergunta sempre leva a uma outra pergunta, então tentamos trazer a paciente de forma psicológica para que ela fale o que precisamos orientar. Dependendo da situação, não só orientamos, como também agimos.





Ilustração: Flavia Keretch

A fila sem fim da terapia hormonal

Conheça o drama de pessoas transexuais que buscam o tratamento por meio da terapia hormonal. Tempo de espera no Paraná pode chegar a dois anos, levando algumas pessoas à automedicação.

Evelyn Miranda
Lucas Gioppo

Descobrir-se transgênero é, muitas vezes, um caminho solitário. O processo de autodescobrimento é uma trilha cheia de incertezas, em que o indivíduo se expõe a inúmeras violências físicas, morais e sociais numa tentativa de afirmar

quem realmente é no corpo em que vive. No entanto, enquanto se trilha esse caminho, é mais do que necessário que haja uma rede de apoio empenhada em garantir todos os direitos possíveis para que o processo de transição se viabilize nos meios legais, sociais e sanitários.

Nos meios institucionais, o Decreto N° 8.727, de 28 de abril de 2016, emitido pelo Governo Federal, dispõe “sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”.

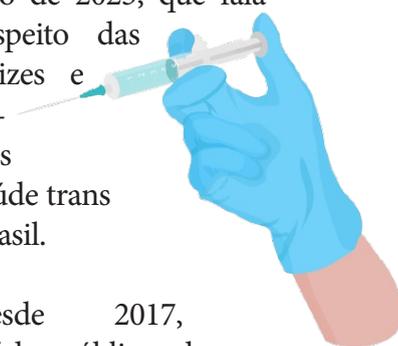
Além do reconhecimento, o decreto veta “o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se às pessoas

travestis ou transexuais”.

O amparo estatal para a comunidade trans também é celebrado com o dia 29 de janeiro. A data comemora o “Dia da Visibilidade Trans e o Acesso Integral à Saúde da População Trans”.

A Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM) emitiu uma nota, em janeiro de 2023, que fala a respeito das diretrizes e situações da saúde trans no Brasil.

Desde 2017, a saúde pública de



ODS 03

Curitiba realiza cirurgias de afirmação de gênero. Porém, essa é apenas uma das demandas da comunidade trans. Não são todas as pessoas trans que fazem cirurgia. Um outro caminho é a terapia hormonal.

Para que a terapia hormonal para pessoas trans se viabilize, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece o amparo médico para essas pessoas, de forma universal e gratuita. A terapia hormonal para pessoas trans não consiste em uma única escolha, mas em nuances e quantidades com as quais cada pessoa se sente mais confortável. Ainda, a terapia deve, obrigatoriamente, ser feita com acompanhamento médico.

confortável. Ainda, a terapia deve, obrigatoriamente, ser feita com acompanhamento médico.

Como funciona a terapia?

Classificado no SUS como Terapia Hormonal no Processo Transexualizador, o procedimento também é conhecido como hormonização de gênero. O processo consiste em alinhar as características biológicas das pessoas trans com sua identidade de gênero e é feito com acompanhamento de um médico endocrinologista.

Esse alinhamento ocorre através da administração dos hormônios testosterona para homens trans (que estimula o desenvolvimento de características biológicas masculinas) e estrógeno e progesterona para mulheres trans (que estimulam o desenvolvimento de características biológicas femininas). Muitos casos também precisam do uso de bloqueadores hormonais, para que os níveis hormonais se estabilizem e gerem o efeito desejado.

O SUS prevê, desde 2008, acesso para o tratamento hormonal à pessoa trans assim que complete 18 anos. Para o procedimento cirúrgico de redesignação sexual, é necessário ter completado 21 anos.

Isso faz com que as pessoas trans que passam pelo tratamento se sintam mais à vontade com sua aparência, uma vez que ela se torna condizente com sua identidade de gênero.

Apesar da gratuidade e universalidade do procedimento, quem entra na fila de espera do SUS para realizar o tratamento dá de cara com tempos de espera altíssimos, fazendo com que alguns optem por realizar a terapia por conta própria. Dados da Agência Brasil mostram que esse tempo de espera pode chegar a 10 anos.

Ao pesquisarmos com exatidão a respeito do tempo de espera do Datasus, para todas as cinco regiões do Brasil, o link que levaria ao gráfico gerado pelo próprio portal nos redirecionou a uma tabela sem valores contabilizados.

Transfobia no Brasil: um paradoxo

A transfobia é um preconceito bastante enraizado na cultura brasileira. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) mostram que das 155 pessoas trans que morreram no Brasil em 2023, 145 foram por assassinato. Ou seja, 93% dos óbitos ocorreram por homicídio.

O que torna essa realidade ainda mais contraditória é o altíssimo número de brasileiros que consome pornografia transgênero. É o país no mundo que mais consome este tipo de conteúdo adulto.

Esse tipo de contato com as pessoas trans se dá muitas vezes de forma velada. Em 2021, o ex-futebolista Ronaldo Fenômeno foi entrevistado por Pedro Bial, no programa *Conversa com Bial*. Na edição, ele comentou sobre seu envolvimento com mulheres trans, no Rio de Janeiro, em 2008.

“Isso já foi falado. É uma coisa que me incomoda, mas só fiz mal a mim mesmo. Eu precisava era da Tabata [terapeuta] naquele momento fazendo a minha terapia. Foi um momento muito difícil, com certeza ligada ao álcool”

A declaração de Ronaldo reverbera o discurso da maioria dos brasileiros. Na vida pública, predomina o ódio, a violência, e o preconceito. Por trás dos panos, há objetificação sexual e relações extracon-

jugais. Os homens que cometem atos de violência são os mesmos que sexualizam pessoas trans e, por conta de sua masculinidade frágil, não as veem como seres humanos, mas como objetos de prazer, sentindo vergonha de si mesmos quando estas relações são expostas à sociedade.

As vozes

Confira a seguir duas histórias de pessoas transsexuais e de seus percalços para garantir acesso a um tratamento adequado e gratuito via SUS.

As dificuldades em Curitiba: Derick Ehyeh Cordeiro dos Santos

Desde que me reconheci como uma pessoa Transmasculino, isto em meados de 2016, eu desejava o processo da hormônio terapia. Esperei entrar na maioria (18 anos) e fiquei sabendo que teria que esperar um pouco mais, até 20 e poucos anos, para de fato começar a tomar os hormônios no SUS. Sei que recentemente eles reduziram a idade para a maioria

"Comecei a fazer as aplicações por conta própria. Resultado: quase morri e tive que parar. A menstruação voltou, sofri

disforia e cometi três tentativas de suicídio"

de. Mas em 2017 ainda se discutia nome social, portaria de mastectomia pelo SUS, [havia] pouca visibilidade para pessoas trans. Enquanto isso, a fila do CPATT era gigantesca, ele ainda estava em estado de teste e as Unidades Básicas de Saúde (UBS) mal conseguiam informar como funcionava.

Em setembro de 2019, eu fui à Unidade Básica de Saúde, esperançoso para solicitar o encaminhamento para o CPATT e a cirurgia de mastectomia. Havia lido numa reportagem que o HC iria fazer as cirurgias. Demorou muito e, novamente, fui atrás. Disse-me que era final de ano, e as unidades esperavam virar o ano. Bom, 2020 chegou, e a gente já sabe o que aconteceu. Veio a pandemia de COVID-19 e nada andou. Comecei a fazer as aplicações por conta própria, com Androgel. Comprei na Nissei por R\$120, depois consegui Durateston, que na época custava R\$60 a ampola. Mas ele logo saiu do mercado por conta da pandemia e dos marombeiros que faziam estoque. Em seguida, comecei a fazer acompanhamento com um endocrinologista particular, sua consulta custava R\$200. Ele solicitou 26 exames, que custaram mais R\$650, e ainda mais uma consulta. Pensei: "MEU DEUS COMO EU VOU PA-

GAR TUDO ISSO?", e me enfiei numa dívida gritante. Até que, enfim, vieram as receitas para comprar na farmácia. Depois, eu mesmo reproduzi de forma ilegal as receitas.

Resultado: quase morri e tive que parar. A menstruação voltou, sofri disforia e cometi três tentativas de suicídio. No final de 2023, voltei para a unidade de saúde para buscar informações do encaminhamento do CPATT, atualizei o número de celular e e-mail. Já estava retificado e fui trocar o nome também. Não demorou muito, e em janeiro de 2024 recebi um SMS e uma ligação do CPATT para comparecer à unidade da Oswaldo Cruz.

Minha primeira consulta foi no começo de 2024. Fui atendido pela primeira vez por uma assistente social, que coletou todas as minhas informações: nome, idade, a forma como eu me identificava, perguntou com quais procedimentos eu gostaria de ser contemplado e posteriormente explicou todo o sistema do CPATT.

A princípio foi a solicitação da Secretaria de Direitos Humanos que engajou (a secretária de saúde do estado do Paraná é complicada...WW), e falou sobre o transemprego, bicha da justiça e outras instituições e ONGs sobre a comunidade Trans. Adiantou que o Estado do Paraná não oferece cirurgias de mastectomia e histerectomia. Foi quando me decepcionei bastante, porque para pessoas de município

ODS 03

distante, ou interior do estado do Paraná, é preciso buscar nas unidades o Tratamento fora do Domicílio (TFD), para onde são encaminhadas, e é ofertado o transporte do paciente para o CPATT.

Posteriormente, falou de alguns serviços e profissionais que o CPATT estava disponibilizando, como: um assistente social, três a cinco psicólogos, um endocrinologista e uma enfermeira (isto para o Paraná inteiro, ou seja, 399 municípios). Solicitei tudo o que estava disponível e comecei as terapias. Depois consulta com a enfermeira que solicitou exames, todos gratuitos, exceto da B12 (que é extremamente necessário realizar, geralmente custa R\$30, mas nem todos têm todo esse dinheiro). Ela avaliou todos os níveis necessários, explicou de forma didática todos os processos, tirou várias dúvidas e indicou alimentos e exercícios (eu estava com níveis nutricionais abaixo do comum).

Depois, consegui uma consulta com a endocrinologista, que também pediu vários exames. E, três meses depois da primeira consulta, tive que assinar o termo de compromisso com ela e comecei com o uso da testosterona chamada "Nebido" ou "Hormus", de aplicação intramuscular profunda em técnica em z (aplica deitado), a melhor do mercado. E assim a gente começou uma saga de pesquisa e mapeamento de como seria o ciclo, quanto tempo duraria, quais novos exames seriam necessários fazer, etc. Eu já fazia o uso do hormônio por conta própria e eu não podia simplesmente parar. Talvez foi um dos fatores de ter saído tão rápido, eu já não tinha dinheiro para consultar, e o uso do hormônio mais barato no particular custa R\$ 210.



Um tempinho depois, houve a separação do CPATT e COA. Bom, o pessoal da Região Metropolitana de Curitiba e outros municípios do estado serão atendidos no CPATT que fica na Oswaldo Cruz. As pessoas de Curitiba serão atendidas no COA perto do Largo da Ordem. Geralmente está levando em torno de seis meses a fila para se-

rem chamados. Porém as pessoas devem se atentar de ir na UBS para atualizar o cadastro, e-mail, número de celular e pedir para acompanhar a fila de espera, o que pode ser feito nos aplicativos. Ainda, é bom ficar "ligado" no celular porque geralmente eles vão ligar ou mandar SMS.

A meu ver, os profissionais estão se qualificando. Os profissionais do COA e do CPATT são muito melhores do que os funcionários da esfera particular. Lá, eles só querem saber de dinheiro, não se preocupam de fato em pesquisa. E foi no atendimento do particular que eu quase morri. Voltando para os profissionais na esfera pública: ainda é tudo novo, e muitas demandas ainda devem ser atendidas. Nós, pessoas Trans, somos as próprias experiências vivas, "ratinhos de laboratório". O hormônio que utilizamos é feito para pessoas cisgênero, o que eles (profissionais) fazem é um hackeamento para os nossos corpos Trans.

Existem muitos riscos que são evidentes caso não seja usado de forma adequada. E se as pessoas não cuidarem de alimentação e hábitos saudáveis, sofrerão efeitos colaterais, tais como: problemas vasculares, trombose, AVC, câncer, problema no fígado, pâncreas, insuficiência renal, osteoporose. Ainda, ao longo do tempo nos tornamos estéreis e temos a total convicção disso. Mas o pior, com certeza, é a disforia.

No começo deste ano algumas lideranças Trans foram à ALEP para falar das demandas. Recentemente, descobri pela Assessoria de Direitos Humanos do Paraná, que em 2017, 2018 ou 2019 (não lembro ao certo o ano), o Hospital de Clínica da UFPR recebeu uma verba altíssima do Governo Federal para especializar uma equipe para realizar cirurgias para pessoas trans, uma demanda que já estava sendo discutida há anos. Bom, foi feita a especialização desta equipe, mas veio a pandemia. Quando voltamos à vida presencial, nada de cirurgias. A realidade é que alguns destes médicos atendem no particular cobrando em torno de R\$30 mil por mastectomia, e não fazendo pelo sistema SUS. Além desse impasse, tínhamos convênios do sistema público e privado no estado. Onde havia

a solicitação do público (SUS), a cirurgia era feita no privado, contrato que também foi desfeito pelo governo do Ratinho Jr.

Também tínhamos convênios com Santa Catarina e São Paulo para a realização das cirurgias. Em Santa Catarina não foi feita a renovação deste contrato, e São Paulo fechou as portas porque o tempo da fila de espera era muito longo. Outros estados que oferecem a cirurgia são Pernambuco, Bahia e Goiás, porém não conseguimos encaminhar a solicitação para a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. Eles engavetam tudo. Inclusive, uma das falas do então governador era que não iria gastar dinheiro com "esse tipo de gente", porque no Paraná dele não existia Trans.

Ainda acho necessária uma equipe de profissionais clínicos e cirúrgicos, tais como: urologista, ginecologista, dermatologista, fonoaudiólogo, nutricionista, mais endocrinologista e enfermeiros, hematologista, farmacologista, psiquiatra, além dos médicos cirurgiões do processo transexualizador, mais pesquisas, e preparativos para pessoas parturiente (que gestam) e para além, serviço jurídico e assistência de advogados e ouvidorias.

A importância da rede de apoio

Larissa Ember, 20, é estudante de direito na Universidade Federal do Paraná, e há dois anos faz tratamento hormonal via SUS.

Há quanto tempo você decidiu fazer a terapia?

Larissa Ember: Desde 2021, eu vinha lendo e pesquisando, até que decidi fazer terapia. Em 2022, após conversar com pessoas online, no Reddit e no Discord para entender mais sobre os hormônios, veio a certeza. No dia 5 de julho, tomei a decisão de começar.

Como foi sua experiência com a fila do ambulatório?

LE: Eu não sabia que existia a fila. Achei que ia ser rápido, mas não foi. Em uma consulta com clínico geral, pedi o tratamento pelo SUS, mas demorou mais de dois anos. Aí, nesse ano, mais especificamente, dia 16 de março, comecei.

Mas, tive problemas. Minha endócrino me assediou. Tive que mudar de profissional, aí passei para uma consulta online. Por conta de episódios de depressão e assédio, minha terapia hormonal foi uma montanha russa. Mas, agora, estou me estabilizando.

Como é a infraestrutura do ambulatório?

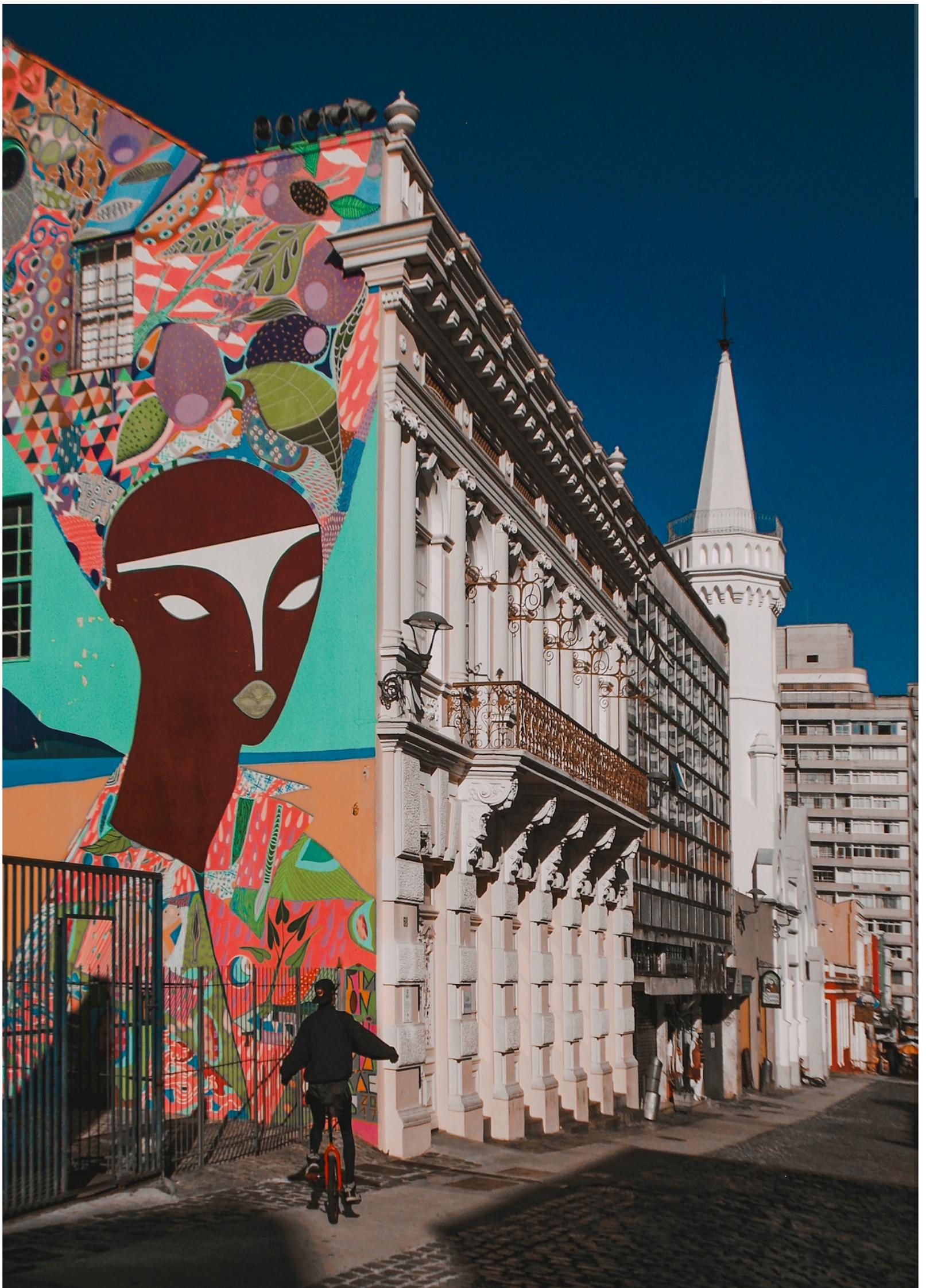
LE: O ambulatório é excelente. Ele fica no COA - Centro de Orientação e Acolhimento.

A estrutura não é a de um hospital particular, mas é o que o SUS pode oferecer. Primeiro, temos uma consulta com uma psicóloga. Depois, passamos a ser atendidas por profissionais de outras áreas. O acolhimento é muito grande, eles reconhecem seu nome social e arrumam uma consulta para você. São 22 exames de sangue, também de urina, além de exames sexuais, como soropositivo, hepatite, etc. Eu não tinha acesso a exame de urina no particular,

E como foi para você ter acesso à receita e à terapia hormonal?

LE: Eu comecei com Primogyna e Ciproterona. Eu tenho medo de agulha, e fiquei estressada com a depressão, por isso uso comprimido. Eles disponibilizam a medicação lá. Na equipe do ambulatório, são umas 10 pessoas que gerem o atendimento, mas somente uma endócrino consultando, e há entre 70 a 100 pessoas realizando tratamento.





Cidade, um direito inegociável

Em entrevista à Revista Mercúrio, a mestra em Planejamento Urbano Marina Sutile de Lima discute as questões que qualificam o direito à cidade em Curitiba

Leticia Negrello Barbosa
Victor Stempim Schultz

Transporte público acessível e de qualidade. Ter acesso a parques, praças e áreas de lazer. Poder andar nas ruas com segurança. Ter uma habitação digna. Tudo isso é direito à cidade, um termo originalmente cunhado pelo filósofo francês Henri Lefebvre, em 1968. Muito mais do que uma demanda apenas por melhor infraestrutura, essa ideia diz respeito ao direito a uma vida urbana diferente.

A Revista Mercúrio conversou com Marina Sutile de Lima, Arquiteta e Urbanista, mestra em Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e integrante da equipe do escritório Jaime Lerner - Arquitetos Associados, onde atuou em diversos projetos relacionados ao meio urbano.

Para a arquiteta, as cidades são como um grande ponto de encontro entre as pessoas, e fazer com que elas se sintam pertencentes a esse local é algo fundamental. “Cada cidade tem sua identidade, tem sua história. E o nosso trabalho está muito associado a entender essa história e fazer com que essa história se sobressaia, fazendo as pessoas sentirem que fazem parte disso tudo”, explica.

Confira a entrevista abaixo:

Como é para você trabalhar no escritório Jaime Lerner Arquitetos Associados e que tipo de projeto vocês realizam?

M: O escritório tem uma atuação assim, 100% cidades. Cidades para as pessoas, cidades com qualidade, a cidade como um grande ponto de encontro das pessoas. Eu trabalho no escritório já vão fazer seis anos, entrei como estagiária por volta de um ano e depois fui efetivada como arquiteta, então, já pude trabalhar em diversos projetos dife-

rentes. Tem alguns que acabam envolvendo questões de grande escala, como por exemplo: quais são as áreas mais propícias da cidade para que a cidade cresça, quais são eixos de mobilidade e áreas propícias à drenagem urbana ou macrodrenagem — que está sendo bastante discutida agora. E também, trabalhos que propiciam uma visão numa escala um pouco menor, que chamamos de projetos estratégicos ou “acupunturas urbanas”. Então, a gente tem uma visão bem completa das cidades, como elas podem se desenvolver e também desenvolver a própria identidade, a partir de elementos que muitas vezes já existem nelas. Como por exemplo, um prédio que não está sendo utilizado, conseguimos enxergar o potencial dele e desenvolver a identidade do município com base no espaço construído, pode ser um prédio, um parque, uma praça ou até algo efêmero, alguma atividade cultural que aconteça em alguns momentos específicos. Isso vai depender de cidade pra cidade, isso é muito legal, cada cidade tem sua identidade, tem sua história. E o nosso trabalho está muito associado a entender essa história por trás de cada lugar e fazer com que essa história se sobressaia, fazendo as pessoas sentirem que fazem parte disso tudo, para que as pessoas participem ativamente do espaço público, do espaço que é o lugar do encontro.

Na teoria, sobre o que fala o direito à cidade?

M: O direito à cidade fala sobre as pessoas terem acesso à infraestrutura da cidade. Então assim, vou dar exemplos: Quando as pessoas moram em regiões periféricas muito afastadas em que elas têm que passar muito tempo no transporte público, ou se locomovendo para, por exemplo, ir num parque, essas pessoas têm seu direito à cidade diminuído ou quase, dependendo da situação, esse direito não existe. Quando as pessoas não tem, por

ODS 11 E 17

exemplo, onde morar, elas estão tendo o direito à cidade negado, porque se a pessoa não tem nem onde morar, imagina como ela vai usufruir de outros serviços ou outras possibilidades que a cidade pode oferecer. Então, é nesse sentido.

Tem algum projeto relacionado a direito à cidade dentro do Jaime Lerner que você destacaria?

M: Teve um que a gente finalizou no início deste ano para o município de Cascavel, no Paraná. Era um projeto de requalificação do principal parque do município. No momento em que fomos contratados, esse parque era bastante utilizado, mas não

tinha muita infraestrutura. A pista de caminhada era super estreita, não tinha bancos, iluminação. Então a gente fez um trabalho de requalificação desse parque, teve um projeto bem grande. Lá tem uma edificação que fica na beira de um lago, um lugar incrível, com vista incrível pro parque, mas que estava sendo utilizado como secretaria do meio ambiente, e achamos que esse uso não era muito adequado. Então propomos que essa edificação fosse transformada em um restaurante e em um palco para eventos culturais voltados para o lago. Isso tudo acompanhado de outros projetos, então teve um outro projeto de uma nova orla para esse lago, com áreas de quiosques, áreas

para pessoas ficarem, permanecerem, para usufruir sem ter que pagar pra entrar. Porque quando você qualifica o espaço público, está se falando de direito à cidade, de democratização do espaço, de melhorar aquilo que é de todos, ou até mesmo de melhorar a qualidade de uma calçada, de uma via, isso também é direito à cidade e acesso à cidade. Acho que direito e acesso são quase sinônimos nesse caso, porque você consegue trazer mais gente, uma calçada melhor ela vai ser boa para todo mundo, para uma criança, para uma mãe com carrinho de bebê, para um idoso, para um jovem, pra alguém andando de bicicleta. Então, tudo isso permeia a questão do direito à cidade.



Foto: Leticia Negrello Barbosa

Em 2024, Curitiba foi nomeada como “a capital mais igualitária do Brasil” e “a cidade mais inteligente do mundo”. Qual sua visão, como profissional, sobre essa classificação?

M: Eu não sei quais critérios foram utilizados e também não conheço todas as cidades do mundo, mas acho que posso falar do contexto brasileiro. Das cidades que conheço e do meu ponto de vista, Curitiba realmente está a frente das cidades que têm mais ou menos o mesmo porte, a mesma população. Se comparar, Curitiba realmente tem uma qualidade de vida maior, realmente é mais igualitária. Não estou dizendo que Curitiba não tem problemas, claro que tem, porque é uma metrópole e onde tem muita gente, sempre vai ter uma série de problemas. Também não conheço todas as cidades do Brasil, mas acho que com esse olhar urbano de qualidade de vida e de direito à cidade principalmente, Curitiba está no topo. Sobre ser a cidade mais inteligente, vejo Curitiba como pioneira em uma série de questões, muitas delas voltadas para a questão urbana. A gente tem um sistema de mobilidade que foi inventado aqui, que é o BRT (1974), que inclusive o Jaime Lerner tem muita contribuição. Então, essas soluções urbanas, tem coisas que foram feitas no passado, mas acho que Curitiba segue nessa linha de criar novas soluções, porque a cidade segue em transformação, então a gente tem que seguir criando novas soluções para os problemas atuais. Tem um trabalho muito interessante que está sendo feito em relação à segurança alimentar, que é você permitir com que as pessoas consigam escolher o que elas vão comer e permitir com que elas tenham possibilidade de comprar comida saudável, que possam fazer essa escolha, isso também é direito à cidade.

Curitiba também é, há décadas, considerada uma “cidade modelo”, referência em planejamento urbano. Por que essa visão se popularizou? Ela ainda é verdade?

M: Esse termo [cidade modelo] é um pouco estranho, porque parece que o modelo de Curi-



Foto: Leticia Negrello Barbosa

ODS 11 E 17

tiba, quando você usa a palavra modelo, subentende-se que o que foi feito aqui tem que ser replicado em outros lugares, e eu acho que não. O que foi feito em Curitiba, os conceitos tem que servir como modelo, e não o que foi feito aqui, porque cada cidade é uma cidade. Então nesse sentido, acho que Curitiba, falando mais especificamente da sua pergunta, Curitiba foi tratada como cidade modelo porque muitas das coisas que foram feitas aqui, em determinadas épocas, foram feitas para atrair investimentos, só que isso foi benéfico para a cidade, porque hoje a gente tem uma massa crítica, tem indústrias, cursos de graduação e uma coisa alimenta a outra, uma coisa puxa a outra. Então quando você tem investimento, dinheiro rolando na cidade, você fomenta emprego, fomenta o ensino e tudo isso, a qualidade de vida aumenta. Tenho uma visão que isso pode ser negativo, mas eu vejo isso de uma forma positiva.

Qual seria uma “cidade modelo”? Existe alguma cidade ao redor do mundo que seja essa referência?

M: Já que estamos no ritmo de olimpíadas, vou falar que Paris talvez seja um exemplo a ser seguido no próprio contexto das olimpíadas. Normalmente é um evento que movimenta muito as cidades, teve no Rio de Janeiro, Tóquio, Londres, Barcelona. E quando esses eventos olímpicos passam pela cidade, como é o que aconteceu na copa aqui no



Foto: Leticia Negrello Barbosa

Brasil. Tem muitas obras, muita infraestrutura construída, no caso da copa, por exemplo, estádios construídos em locais que nem tem a cultura do futebol. E depois que o evento acaba, essas estruturas ficam ociosas, teve um investimento gigantesco, aí quando tem obra tem corrupção, tem desvio de verba, gera uma série de outras questões. Acho que o que Paris está fazendo, de encarar os jogos olímpicos como um evento temporário, que é realmente o que é, então as estruturas, os estádios, todos os locais foram construídos de uma forma temporária. A própria abertura das olimpíadas foi utilizando os ativos que a cidade

já tem, acho que isso é espetacular. De volta, não é um modelo que tem que ser seguido, não é que as próximas olimpíadas necessariamente têm que ser iguais às de Paris, mas o conceito de utilizar os estádios, hotéis, toda essa estrutura, o Rio Sena como lugar das provas de natação, tudo isso é muito legal, e está muito alinhado inclusive, com as diretrizes do desenvolvimento sustentável da ONU. Acho que isso é um modelo, um conceito a ser seguido, como cidade. Fui pra Brasília recentemente e tem um estádio lá que não é muito utilizado, porque Brasília não tem muito a cultura do futebol, não tem tantos times, então fica

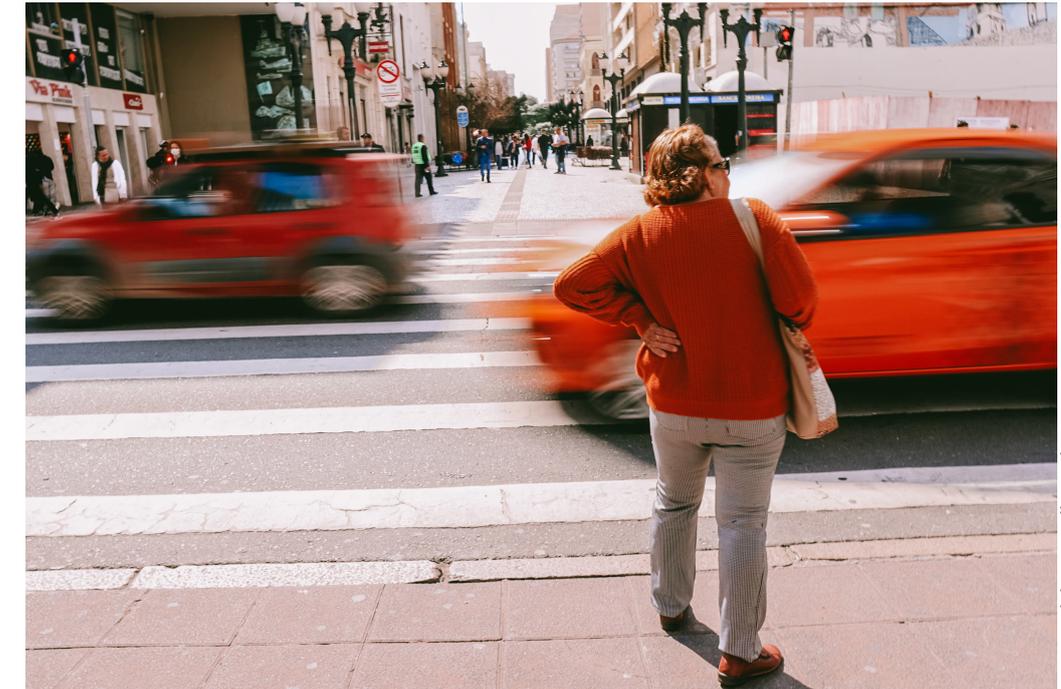


Foto: Leticia Negrello Barbosa

aquele elefante branco, o estádio é bonito, claro. Mas fica um lugar meio estranho, que poderia ser tantas outras coisas, com investimento em tantas outras infraestruturas.

Na prática, quais são as dificuldades que Curitiba enfrenta hoje para atingir plenamente o direito à cidade? É possível atingi-lo plenamente?

M: Em metrópoles, vou ser realista: em cidades muito grandes sempre vão existir problemas, mas também sempre vão existir soluções. Nosso trabalho é fazer nosso melhor em propor soluções para essas questões, se ninguém nunca fizer nada, os problemas sempre vão existir, fazendo ou não fazendo alguma coisa. Então é melhor fazer para mitigar, do que não fazer nada. Acho que as coisas também estão mudando muito rápido, meio em função de inteligência artificial, com os paradigmas que no nosso tempo tudo muda muito rápido, então acho que problemas novos vão surgir e uma vez que você resolve um problema, surge outro, e aí, é o papel do arquiteto urbanista e de muitas outras profissões, porque a gente não tra-

balha sozinho, resolver isso e criar soluções para essas questões.

Do ponto de vista da Arquitetura e do Urbanismo, de que formas práticas, a curto, médio e longo prazo, essa situação pode se transformar?

M: Acho que de uma forma prática — não tão prática, depende de muitos fatores, o grande problema hoje do Brasil sobre minha perspectiva, enquanto arquiteta e urbanista é a questão da falta de habitação. Tem muitas pessoas que não tem onde morar, então habitações melhores, mais bem localizadas, mais no centro da cidade, mais próximas dos pontos de ônibus, de linha de metrô, hospital, parque, tudo isso mais próximo da cidade mesmo. Porque o que foi feito muito no passado eram grandes áreas de habitação, tipo Minha Casa Minha Vida, só que longe da cidade. Fica inviável para as pessoas terem que se locomover para trabalhar, fazer qualquer coisa no dia a dia, sendo que elas moram a 40km da cidade. Isso é falta de direito à cidade, você garante o direito à moradia, mas não garante o direito à cidade. Adoraria que fosse a curto prazo, mas acho que é médio a longo prazo, depende de uma questão de programas públicos, programas de governo, depende de uma boa política habitacional, porque o Brasil tinha

ODS 11 E 17

go prazo, depende de uma questão de programas públicos, programas de governo, depende de uma boa política habitacional, porque o Brasil tinha uma política habitacional e foi feita muita coisa, mas atualmente não tem muitas coisas acontecendo. Então, teria que retomar essa política habitacional, envolver também a iniciativa privada, fazer com que a iniciativa privada construa edifícios para moradia popular e com que essa moradia popular seja financeiramente acessível também. Isso já não depende de arquiteto e urbanista, depende de questões maiores.

Existe alguma forma de nós, como cidadãos, contribuímos para tornar nossa própria cidade mais justa nesse sentido?

M: Se envolver mais nas questões da cidade. Hoje existe uma postura de cada um ficar no seu canto, cada um no seu condomínio e viver sua vida

assim. Mas a cidade é de todos, então quanto mais gente discutindo a cidade: “ah, vão cortar árvore ali, vão passar uma rua aqui, se vão demolir tal prédio”. Quanto mais gente por dentro desse assunto, discutindo e sabendo que isso é um direito, só tem a trazer benefícios para todos, um benefício coletivo, até de construção da identidade da cidade, das pessoas se sentirem parte daquilo que é delas — o que é público é de todos. Então, quanto mais gente discutindo e sabendo o que está acontecendo, melhor. Acompanhar a transformação da cidade, de uma forma crítica, por exemplo: “moro num bairro e tem uma praça que estão cortando todas as árvores dessa praça, poxa, essa praça é minha também, vou questionar”. Quase que uma vigilância pública de todos os espaços. E isso nessa esfera pequena que eu dei o exemplo, mas em uma esfera grande também, em grandes projetos, demandar do município infraestrutura, coisas assim.





Restaurante, El Patio. Reprodução: Instagram (@elpatio).

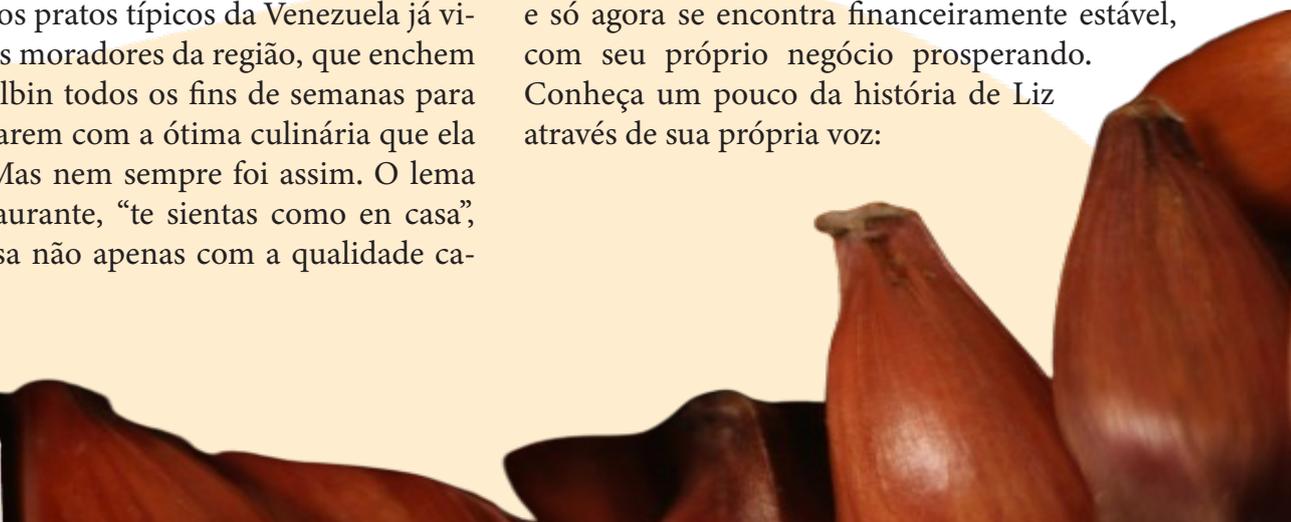
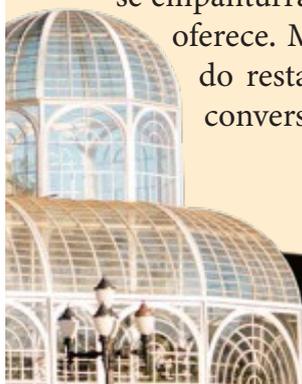
Cachapas, tequeños, arepas e minha casa no Fazendinha

Conheça a história de Lizmelbin, que mesmo após de viver o drama da migração forçada, abriu seu próprio restaurante na região sudoeste de Curitiba

Eduardo Perry
Jonatas Cidreira

Para manter-se no Brasil, a imigrante venezuelana, Lizmelbin Gil, 28, abriu o restaurante El Patio dentro de sua própria casa no bairro Fazendinha. Os bem servidos pratos típicos da Venezuela já viraram xodó dos moradores da região, que enchem o lar de Lizmelbin todos os fins de semanas para se empanturrarem com a ótima culinária que ela oferece. Mas nem sempre foi assim. O lema do restaurante, “te sientas como en casa”, conversa não apenas com a qualidade ca-

seira de sua comida, mas também com a trajetória de quem batalhou para construí-lo. Lizmelbin migrou para o Brasil um pouco antes da pandemia e só agora se encontra financeiramente estável, com seu próprio negócio prosperando. Conheça um pouco da história de Liz através de sua própria voz:



“Cheguei em 2020. Viemos só eu e meu marido de Upata, Estado Bolívar na Venezuela. Até chegar na fronteira com Roraima foram doze horas de carro. Depois disso, ainda passamos outros dois dias na fronteira fazendo a documentação. A gente já sabia que iria para Curitiba. Alguns amigos nossos já moravam aqui e poderiam nos ajudar no começo, então fomos para Boa Vista, onde fica o aeroporto mais próximo. Por segurança nós fomos muito antes do voo, então acabamos tendo que nos virar para ficar mais dois dias ali.

Antes de tomar a decisão de deixar a Venezuela, eu e meu marido passamos por um período muito difícil, por causa de coisas que aconteciam e ainda acontecem no nosso país. Não tinha gasolina, comida, medicamentos. Muita coisa faltava. Estava feia a situação lá, mas se você fala, você “desaparece”. Não sei como se fala aqui... Eu posso falar, porque eu tô do lado de cá, mas quem tá lá, se falar muito mal do governo, vai preso mesmo.

Nossos amigos vieram para cá mais ou menos oito meses antes e estavam oferecendo ajuda. Eu falei para o meu marido: ‘Posso tra-

“A gente pagava um monte de dinheiro para encher o carro de gasolina e ainda tínhamos que esconder a gasolina dentro do carro, nas portas, porque a guarda nacional podia confiscar para a gente não viajar [deixar o país]”

Lizmelbin Gil

balhar de qualquer coisa para ter uma qualidade de vida melhor. Então, quando chegamos aqui em janeiro, consegui um emprego em uma pizzaria. O dono era imigrante também, era português e a filha dele era espanhola. Como eu não falava nada, eu tinha que esperar a filha dele chegar para me contar o que eu tinha que fazer. No começo, eu tentei trabalhar de garçonete, mas não consegui, depois do segundo dia eu já pedi para ir para a cozinha. Eu falei para o dono: ‘Não é que eu não quero trabalho, mas é que agora é muito difícil para mim, que não falo nada.’ Quando a filha do dono chegava muito tarde no restaurante, quem me ajudava era um outro moço, que eu nunca vou me esquecer. Ele era do Haiti, mas tinha morado na Venezuela, então, quando eu falava devagar, ele me entendia e podia me explicar o que tinha que fazer.

Eu era a única mulher dentro da cozinha e eles falavam para mim: ‘Você é uma de nós’. Eu dava risada e para mim estava tudo bem. Até porque eu tinha que trabalhar de qualquer jeito. A gente chegou aqui

só com o dinheiro do aluguel de um mês e da comida. Nós tínhamos que se virar rápido, porque aqui também pagamos coisas que lá na Venezuela a gente não paga. Luz, água, a gente não pagava. Mas também não adianta, porque o dia tem 24 horas e você passa pelo menos dez horas sem água. Então, não adianta não pagar pelo serviço, se não tem o serviço direito.

Em Curitiba

Quando nós chegamos, recebemos ajuda de uma igreja, especialmente quando a pandemia ficou mais forte e eu tive que parar de trabalhar na pizzaria, porque ela não atendia delivery. Deles, nós ganhamos cama, roupas, um monte de coisa, mas depois de um ano eu falei para a moça da igreja que não precisava mais de ajuda, pois nós já estávamos mais estáveis financeiramente. O ano de 2020 foi bem difícil para a gente. Eu fiquei um bom tempo sem conseguir emprego, então fui trabalhar com a minha amiga, que havia aberto uma distribuidora de bebidas. Como o movimento era baixo e nós precisávamos de um dinheiro extra eu falei pra ela: ‘E se a gente fizer uma sopa, como a gente faz na Venezuela, e vende aqui na distribuidora?’. Ela falou: ‘Será?’. Ela era gerente de banco, não sabia nada de cozinha, mas eu sabia, então resolvemos fazer. Pegamos todas as panelas emprestadas de amigos venezuelanos, compramos um botijão de gás e começamos a fazer a sopa na casa da minha amiga e vender na distribuidora.

Foi só sopa nesse dia, mas outros amigos venezuelanos, que

“No primeiro domingo que a gente fez a sopa, vendeu tudo. Nós ficamos super felizes”

Lizmelbin Gil

foram tomar a sopa na distribuidora, sugeriram para a gente: ‘Por que vocês não fazem cachapa também?’. Eu pensei, ‘Será? Bueno, a gente vai se virando’. O problema é que a cachapa leva muito milho e a gente não tinha dinheiro. Para comprar bastante milho, nós falamos com um vendedor do sacolão que fez um preço mais em conta, se a gente comprasse o pacote de milho ‘grandão’. Moemos o milho com liquidificador, conseguimos fazer a cachapa e de novo vendeu tudo. Foi uma felicidade, até a gente fazer as contas. Como nós não tínhamos muita noção dos preços daqui, acabamos vendendo a cachapa muito barata e quase não ganhamos dinheiro. Mas não teve problema. Aqui, nós fomos aprendendo as coisas desse jeito, errando e aprendendo com os erros. Isso foi se repetindo todo domingo.

Com o tempo fomos fazendo outros pratos também. No Natal, fizemos um prato típico da Venezuela que é a hallaca. A hallaca é feita com folhas de bananeira. Para encontrar os pés de bananeira, nós recebemos a ajuda da nossa vizinha, brasileira que vendia marmitas. Ela era tão querida, que levava a gente de carro pela cidade procurando por folhas de bananeira. Era muito engraçado (risos), era trabalhoso, mas era legal e a gente aproveitava. Nós vendemos todas as hallacas e dessa vez deu bastante dinheiro. Foram mais de duzentas hallacas, uma felicidade. Nesse primeiro Natal, nós ainda fizemos uma ceia com todos os nossos amigos venezuelanos na distribuidora.

O azar da pandemia

Em janeiro de 2021, eu tive que procurar outro trabalho em um restaurante, porque o movimento estava muito fraco na cidade. Infelizmente, quando a situação da pandemia piorou, uns dois meses depois, eu fui demitida, porque o restau-

rante teve que fechar. Eu fiquei bastante triste, porque eu gostava desse trabalho e precisava muito do dinheiro. Depois de um tempo procurando emprego, eu consegui começar a trabalhar em um mercado aqui perto da minha casa. Ainda bem que eu encontrei esse trabalho, porque durante um ano foi o que me manteve aqui. Mesmo que nos domingos, eu continuasse a vender tequeños e cachapas para quem encomendasse, principalmente meus amigos venezuelanos e do mercado.

Quando a pandemia já estava passando, eu tive uma ideia: ‘E se eu fizesse um restaurante venezuelano no pátio da minha casa?’. Na época, havia poucos restaurantes venezuelanos na cidade. Aqui na região do Fazendinha era o único, e eu sempre gostei de trabalhar em restaurante, apesar de estar bem no mercado. Na Venezuela, eu trabalhava no restaurante da minha mãe e foi com ela que eu aprendi a cozinhar. Então, juntamos algumas mesas e cadeiras no nosso jardim e começamos a abrir o restaurante nos fins de semana. Como era só eu e meu marido, era muito difícil manter o restaurante aberto. Os anúncios que eu fazia no Facebook estavam funcionando, mas eu só conseguia fazer umas 40 ou 50 cachapas e vinham mais de cem pessoas no final de semana.

Fechar, reabrir e persistir



Foto: Arquivo pessoal de Lizmelbin Gil

ODS 08 E 09

Apesar das dificuldades, nós conseguimos nos manter abertos em 2022. Apenas no ano passado nós tivemos que fechar por dois meses. Infelizmente, a minha cunhada, que estava na Venezuela, foi diagnosticada com um tumor na cabeça e veio para o Brasil com a minha sobrinha para se tratar, buscando também a nossa ajuda, porque ela não tinha condições de cuidar da filha sozinha. Eu fechei o restaurante e fiquei cuidando dela junto com aquela minha amiga que tinha a distribuidora. Meu marido não parou de trabalhar, porque a gente também tinha conta para pagar, né? Minha mãe e minha sogra também vieram de emergência com um dinheiro que meu marido havia guardado. Depois de alguns dias, a minha cunhada conseguiu fazer uma cirurgia aqui e

com o tempo foi melhorando. Quando nós reabrimos o restaurante, já ficou tudo mais fácil, porque agora tinha a minha sogra e a minha mãe ajudando. Ficou apertado, mas era muito bom para nós.

Hoje, a minha cunhada ainda faz acompanhamento médico, mas ela já está melhor, apesar de não poder trabalhar. O restaurante ainda funciona completamente só no fim de semana. Durante os outros dias, meu marido usa o espaço onde eu coloco as mesas para fazer manutenção de carros, então não temos como abrir. Mas agora, além de mais talheres e bancos, já temos uma churrasqueira, uma cozinha mais equipada e um banheiro lá fora para os clientes. Durante a semana eu ainda cozinho sob encomenda



e consigo me manter só trabalhando no restaurante.

A minha amiga da distribuidora se mudou do Brasil para Portugal. Eu falei com ela hoje e ela me perguntou: 'E agora, como você tá?'. Eu respondi: 'Eu tô bem! Melhor do que quando eu cheguei'. Ela lembra do que a gente viveu naquele momento, de todas as dificuldades. Mas eu falo para ela que foi aprendendo com todos aqueles nossos erros que a coisa foi melhorando. Eu dou gracias por todas as experiências vivi. Quando outros imigrantes chegam no Brasil, eles se sentem perdidos e não sabem o que fazer, mas eu falo para eles: 'É normal, eu também chorei'. A gente sente saudades da família, dos amigos. Não estamos acostumados a chegar em casa e ninguém nos receber. Mas é como eu falei para eles: 'Isso tem compensação, porque quando a família liga precisando de alguma coisa, você tem. Pior seria se a família ligasse e você não tivesse nada para ajudar eles'. A coisa lá está muito difícil! Muito.

Eu não me arrependo de ter vindo para o Brasil e gosto muito de viver aqui. A única coisa que eu não gosto é esse frio (risos). Ninguém tinha me falado sobre esse frio.



Foto: Arquivo pessoal de Lizmelbin Gil



Foto: Gustavo Beckert

Filosofia ecológica que virou instrumento do capitalismo

Alternativa sustentável às embalagens tradicionais, as sacolas retornáveis sofrem com o revés do consumismo e do “greenwashing”

As sacolas plásticas de algodão – as famosas ecobags – surgiram como uma alternativa sustentável para reduzir o uso de plásticos não-biodegradáveis, material das suas semelhantes mais comuns em lojas e supermercados.

A ideia é que, ao invés dos consumidores de varejo usarem uma dúzia de sacolas plásticas que acabam se juntando às mais de 80 milhões de toneladas de plásticos em nossos oceanos todas as vezes que forem às compras, que eles e elas consigam carregar os produtos em uma ou duas sacolas de tecido que serão reutilizadas diversas vezes.

Mas existe o risco de um artigo ecológico feito para frear uma das consequências do consumismo

Gabriela Zadvorne
Gustavo Beckert

ao meio ambiente se tornar, ele próprio, um objeto do consumismo?

O valor desse item estimado pelos jovens tem crescido nos últimos anos. Antes um objeto que custava cerca de 5 reais, hoje está em torno de 40, mostrando que as pessoas compram sua ecobag não apenas pela possibilidade de reutilização, mas pelo valor sentimental de seguir uma moda. A forma sustentável de utilização das bolsas é adotar uma abordagem equilibrada, focando na redução do consumo e no uso prolongado dos produtos adquiridos, aproveitando mais a matéria-prima gasta para sua produção.

ODS 12

O comerciante Aluísio de Paula, 50, conta como foi sua trajetória na produção do artigo artesanal.

“A gente produz ecobags desde 2007. Elas começaram a ter uma divulgação maior a partir do movimento “I’m Not a Plastic Bag”. Isso foi no começo dos anos 2000. Em 2007, aqui em Curitiba, a Cooperativa de Costureiras da Vila Verde começou a fazer [ecobags]. A gente começou a produzir com elas, e depois começamos a produzir nós mesmos. Teve um pico em que muita gente começou a usar ecobag e entrou um monte de empresas também. A gente produz para o mercado corporativo também. Um monte de empresas começou a usar para fazer greenwashing, para dar aquela “maquiada” no seu impacto am-

biental. E agora o pessoal voltou a usar ecobag mesmo, já que tudo é cíclico né?”

Greenwashing é a apropriação de pautas e virtudes ambientalistas para cunho pessoal ou industrial, o que leva muitas empresas a se “maquiarem” da pauta verde e do cuidado ao meio ambiente para atrair as pessoas e gerar mais lucro.

A ideia de bolsa retornável se transformou em um instrumento do capitalismo, onde a ideia de possuir é idealizada na vida do consumidor, perdendo a grande filosofia de ecologia e cuidado com o meio ambiente. Mesmo com esse cenário consumista no Brasil e no mundo, ainda existem pessoas que adequam suas vidas para uma possibilidade mais ecológica.

A palavra “ecobag” é derivada do termo em inglês “bag” (bolsa) e significa sacola ecológica. Ela foi produzida pela grife Chanel, em 1997, com o objetivo de criar sacolas mais sustentáveis, sendo a pioneira no lançamento do produto. Em 1998, a Totem trouxe o conceito para o Brasil. A ideia se popularizou definitivamente em 2007, com a designer inglesa Anya Hindmarch, que criou o slogan “I’m not a plastic bag” (“eu não sou uma bolsa de plástico”), e assim começou a ser comercializada a preço baixo, virando uma tendência.

As ecobags viraram febre, com empresas fabricando e comercializando suas próprias, e principalmente no cenário jovem, no qual estudantes a adotaram como visual despojado.



Foto: Gustavo Beckert

Nos últimos anos, as ecobags tem virado símbolo do capitalismo, com preços altos e diversos modelos diferentes, levando os consumidores ao fetichismo mercadológico, empregando um modelo rotativo de compra e venda por uma falsa necessidade.

A estudante Ana Beatriz Rocha, 22, conta sua experiência com a utilização das bolsas, que imediatamente a levou para um mundo mais ecológico: “Comecei por conta da moda e acabei continuando pela ecologia. Sigo muitos perfis que produzem ecobags e fazem posts sobre ecologia, o que acabou me motivando a ser uma pessoa mais ecológica”.

Assim como muitos jovens, Ana Beatriz adquire o produtos de diversas maneiras, e contou ao Jornal Comunicação onde costuma comprar suas bolsas: “Geralmente compro em feirinhas mesmo, no centro de Curitiba, por exemplo, ou nas lojinhas que encontro pelo Instagram. Compro por ser mais barato que a maioria das bolsas e por considerar mais bonito também. Sem falar que dá para guardar bem mais coisas, então acabei aderindo ao costume de ir ao mercado já levando uma ou duas ecobags para levar as compras e não utilizar sacolas plásticas”.

O uso das sacolas retornáveis permite ao cidadão ter uma vida mais sustentável. Mas a compra excessiva desse artigo faz com que o mesmo perca sua filosofia, sua essência e até mesmo sua finalidade.

No Brasil, cidades e capitais já utilizam o artigo sustentável para apoiar suas diretrizes, como o Distrito Federal, que no dia primeiro de agosto de 2022 decretou a proibição da distribuição ou venda de sacolas plásticas e incentivou o fomento das sacolas biodegradáveis. Isso implica positivamente nos hábitos de uso do consumidor, influenciando a sociedade a aderir à sustentabilidade.

O objetivo aqui não é condenar o uso de ecobags, mas expor como o capitalismo tomou conta desse artigo. Livrarias famosas usam o produto como brinde na compra de livros em sua pré-ven-



Foto: Gustavo Beckert



Foto: Gustavo Beckert



Foto: Gustavo Beckert

DE GEADAS A SUADOUROS: CURITIBA NÃO É MAIS TÃO FRIA

As mudanças climáticas têm levado a capital mais fria do país a temperaturas cada vez maiores, e isso não é bom nem pra quem gosta de calor. Como mitigar os impactos que estão a cada dia mais prejudiciais?

Flavia Keretch
Thiago Ferrari

Você se lembra quando Curitiba era a cidade mais fria do país? Bom, na verdade ela nunca foi, mas possui o selo de capital mais fria do Brasil e, embora a competição seja um pouco reduzida, ainda assim, é um título que traz orgulho aos seus moradores. Não é incomum ver veículos de mídia, comércios e até mesmo a própria prefeitura fazer memes e anúncios que remontam a ideia da capital paranaense como um pedaço de gelo no país tropical que é o Brasil. E nos últimos tempos, ela manteve esse título, o que é bem preocupante considerando que só nos últimos quatro anos ela registrou três de suas maiores temperaturas diárias desde 1931.

Pode parecer alarmante que a capital mais fria do Brasil esteja agora experimentando uma série histórica de altas temperaturas, e de fato é. Todavia, o problema se mostra muito maior do

que um título municipal pode levar a acreditar. Cientistas e especialistas ao redor do mundo vem tentando alertar as nações sobre os efeitos devastadores das mudanças climáticas. Nas últimas décadas, o aumento das temperaturas, enchentes, secas, deslizamentos de terra, entre outras consequências desses fenômenos tornaram-se cada vez mais frequentes. Em uma batalha árdua pela atenção pública e espaço nas agendas governamentais, até mesmo os termos precisaram se adaptar: o aquecimento global se tornou crise climática, que logo se transformou em emergência climática. E nesse contexto, como se posiciona Curitiba, uma cidade famosa por seus parques, transporte coletivo e compromisso ambiental? Bom, a fama de cidade fria já é posta em questão diretamente pelos moradores, revelando uma discrepância crescente entre a imagem pública e a realidade climática.





ODS 13

Celso Guedes, 75, mora na cidade há mais de 20 anos e percebe que os invernos curitibanos já não são mais o que costumavam ser, “Estamos no meio do inverno e eu não vejo mais ninguém de roupa quente”, diz.

Felipe da Cunha, 20, também nota a mudança nas temperaturas, “A gente percebe que tá tudo estranho, sempre foi meio imprevisível, mas agora no inverno tá calor e chuva, daqui a pouco começa a fazer frio, volta a ficar calor e ainda aparece uma seca do nada.”, comenta.

Além disso, indiretamente, o título de cidade “mais limpa e sustentável da América Latina” também é questionado de forma indireta. Juliano Pilati, 41, quando questionado sobre o tema, diz que não vê muito sendo feito ou discutido no âmbito municipal, “Não vejo medidas eficazes, nem campanha eu vejo direito, não vejo muito sendo comentado sobre o tema. Até vejo eles plantarem umas árvores, mas não acho que isso ajude muito”, reflete.

Já, Thaynara de Oliveira, 21, expressa uma preocupação por não haver medidas tão eficazes principalmente para a população mais vulnerável. “Até vejo algumas coisas, como algumas árvores sendo plantadas, mas eu vejo aqui [no bairro Juvevê]. Eu



não sei se isso chega em outras áreas mais afetadas. Me preocupo um pouco também com as pessoas em situação de rua, por exemplo. É fácil falar que algo está sendo feito aqui, mas o que está sendo feito para essas pessoas mais vulneráveis?” declara.

Contudo, essa reputação de Curitiba como cidade sustentável, mesmo que questionada, tem base para existir. Há muito tempo a capital paranaense é considerada como exemplo de planejamento urbano em diversas áreas, incluindo a ambiental. Um exemplo disso é a instalação de diversos parques que a tornaram uma “cidade esponja”, isto é, uma cidade com capacidade de reter, limpar e infiltrar águas usando soluções baseadas na natureza.

Além disso, desde 2005, o município faz parte do C40, um grupo que reúne 40 cidades que se comprometem a combater a crise climática por meio de abordagens que envolvem a comunidade local e com o objetivo final da criação de uma sociedade equitativa e próspera. Como parte dessa organização, no final de 2020, Curitiba apresentou o Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Curitiba (PlanClima), que visa tornar a cidade neutra em carbono, adaptada às mudanças climáticas e resiliente até 2050. Alinhado com as diretrizes do acordo de Paris.

O diretor do departamento de mudanças climáticas da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Felipe Maia Ehmke, comenta em entrevista que o plano é “da cidade e não da prefeitura”, desse modo, suas ações são independentes de governos. Além disso, ele cita que a pauta climática tem entrado em cheio em várias questões da cida-

de, como a implementação de ciclovias, projetos habitacionais que agora contam com painéis fotovoltaicos em sua idealização, por exemplo.

“Curitiba já lida com isso muito antes da elaboração do PlanClima, desde 2009 tem o fórum Curitiba de Mudanças climáticas. E a partir disso várias ações, podemos falar da mobilidade urbana, dos projetos habitacionais. Se fala muito hoje do conceito de cidade esponja, Curitiba é um dos maiores exemplos disso. Todos os projetos da prefeitura são de alguma forma alinhados com essa questão climática.”, diz.

Ehmke também afirma que as metas do PlanClima são plenamente atingíveis, “Não falo do coração, as metas colocadas lá foram colocadas com base na ciência, foi possível se traçar uma trajetória que nós entendemos como factível, e estamos, no momento, nesta trajetória.”

Apesar das considerações do diretor, o PlanClima é criticado em alguns aspectos por diversos atores dentro do debate ambiental. O professor e doutor Wilson Flavio Feltrim Roseghini, que também é um dos coordenadores do Laboratório de Climatologia da UFPR, cita algumas das críticas possíveis.

“É verdade que Curitiba não está tão mal, principalmente comparada com outras capitais brasileiras, mas também há um certo marketing que por vezes faz pensar que as coisas estão melhores do que realmente estão”

Wilson Flavio Feltrim

Wilson foi um dos representantes presentes na criação do PlanClima e comenta que desde a concepção o documento esbarrou em muitas questões políticas e orçamentárias. Há no âmbito político um claro embate em relação ao ideal científico e as ações que podem acabar minando a governabilidade.

“Sugeriram cortar 30% das emissões até 2030, nós [da comunidade científica] falamos que o ideal seria 50%, daí a prefeitura responde: ‘Não, mas

veja bem, professor, pra gente cortar 50% o gasto do orçamento vai ser tanto, a gente vai ter que fazer uma série de obras ali que a população pode não gostar””, relembra.

Também há uma deficiência no plano no que diz respeito à transparência exigida de certos setores para funcionar e até mesmo questões legais que acabam afetando e sendo responsabilidade de Curitiba, mas não necessariamente entraram no planejamento.

“Nós fazemos um inventário de emissões da cidade de Curitiba, que trabalha com estimativas. Essas estimativas são feitas com base em relatórios que as próprias empresas enviam quando solicitados pela prefeitura. As empresas informam quanto emitem, e temos que acreditar nelas, pois não podemos medir diretamente as emissões nas chaminés das empresas. Além disso, um exemplo interessante da falta de integração do plano ocorreu durante uma discussão sobre o inventário de emissões de Curitiba. Perguntei como lidamos com as emissões do aeroporto Afonso Pena, e alguém sugeriu que, como o aeroporto está localizado em São José dos Pinhais, essas emissões não deveriam ser atribuídas a Curitiba. No entanto, embora o aeroporto esteja em São José dos Pinhais, mais de 90% do tráfego aéreo é destinado a Curitiba, já que a maioria das pessoas que chegam ou saem do aeroporto não estão indo para São José dos Pinhais. Portanto, São José dos Pinhais acaba contabilizando as emissões, que são significativas, assim como a cidade de Araucária, que possui uma refinaria da Petrobras que refina combustível para uma área extensa e gera muita poluição, mas aquele combustível obviamente não fica só em Araucária.”, comenta.

Além disso, o professor aponta



ODS 13

que muitas ações de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas de Curitiba acabam por vezes barrando nas desigualdades existentes dentro da cidade.

“Embora Curitiba se destaque em relação a outras capitais brasileiras, ainda enfrenta problemas, como desigualdade social e a presença de muitas favelas. A população de baixa renda vive em áreas vulneráveis, como margens de rios poluídos e propensos a enchentes. O aumento das temperaturas também promove a proliferação de doenças, como a dengue, devido à proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, que não se desenvolveria na cidade se o clima não tivesse aquecido nos últimos anos. Outro exemplo é a leptospirose, uma doença comum em eventos de chuva forte e inundações, que está diretamente ligada a aspectos sociais, como a falta de coleta de lixo e saneamento básico. A gestão pública interfere diretamente nisso. Têm áreas onde tem ciclovias, plantação de árvores, mas também tem áreas em que – você pode ver até por imagem de satélite – não tem nada.”

A engenheira ambiental e ativista pela Rede Curitiba Climática (Recc), Isabela Cabral, acredita que muito do projeto de cidade que existe em Curitiba na esfera ambiental opta por caminhos mais fáceis e vendáveis para o grande público, ignorando muitas vezes aspectos que poderiam ser mais eficazes, mas menos aparentes ou agradáveis à população a curto prazo.

“Você vê muitas ações que dizem respeito à mudança de uso da terra, que envolve desmatamento ou a conversão de áreas de vegetação nativa para outros usos, como construção,

agricultura ou criação de parques, mas isso tem uma representatividade tão pequena nas emissões que nem aparece nos inventários de emissões da prefeitura. A sensação é de que estão focando em ações fáceis de implementar, mas que não causam um impacto significativo. Por outro lado, existem ações que poderiam ser mais eficazes, mas não estão sendo priorizadas, como indicado pelo próprio inventário de emissões. Os principais setores responsáveis pelas emissões, como transporte e saneamento, são negligenciados, apesar de serem áreas com potencial para grandes reduções de emissões.”

Ademais, Cabral também vê nas tentativas de campanha e ações, uma séria desconexão com o social. “Você não pode simplesmente começar a dizer às pessoas o que elas precisam fazer. Usar a palavra “conscientizar” é algo que considero negativo; prefiro o termo “sensibilizar”. A ideia de que alguém é mais consciente do que o outro é falha.

A prefeitura não realmente se importa com isso, principalmente em bairros pobres.

Por exemplo, no Parolin, não há um cuidado com a população, para fazer

uma obra que em teoria evitaria enchentes, eles retiram a mata, retiram as árvores. Mesmo que funcionasse, o que não parece ter funcionado segundo os próprios moradores, você ignora a questão do visual hostil, do desconforto, do sentimento das pessoas, sem falar na própria criação de uma ilha de calor ali. E eu não preciso nem falar de como eles pensam na população em situação de rua



nesses casos”, declara.

Esse apontamento das diferenças de bairro é colocado pela ativista inclusive como uma questão histórica, que é apenas agravada pelas mudanças climáticas. Por exemplo, ao questionar Curitiba como uma cidade esponja, ela não só lembra que a cidade nunca foi uma “esponja” para todos, quanto hoje em dia sequer pode ser chamada assim. “Nunca foi uma cidade esponja para todos, o centro podia não alagar na época, mas regiões mais pobres e invisibilizadas sempre sofreram com enchentes. Além disso, um processo de sedimentação que acaba com o potencial de alguns parques de ser essa ‘esponja’ é bem visível, no Barigui, por exemplo, em dias de chuva muita intensa, ele não consegue mais fazer essa função. Hoje em dia nem esse exemplo histórico a cidade pode usar”.

Uma “cidade esponja” ideal possui pontos em que parques e áreas verdes “seguram” as chuvas mais intensas e fazem a água seguir seu rumo de uma forma relativamente comum, não necessariamente “absorvendo” a água, mas, fazendo com que a sua vazão seja relativamente comum dentro do contexto natural, impedindo o seu excesso de causar danos maiores à vida urbana. Segundo a engenheira ambiental, esse processo está visivelmente comprometido em Curitiba.

A ativista ainda comenta que também há uma leitura errada dentro da própria sociedade quando se trata das ações relacionadas a questões ambientais. Por um lado, existe uma parcela que vê o meio ambiente como inimigo do desenvolvimento. Por outro, se vê o indivíduo como única solução para essas problemáticas enfrentadas pelo mundo.

“Há uma ideia em muitos setores do Brasil de que o meio ambiente é um obstáculo ao desenvolvimento econômico, especialmente no setor agropecuário. Historicamente, muitos nesse setor viam as regulamentações ambientais como impedimentos para a expansão agrícola e pecuária, devido à necessidade de manter áreas de reserva legal. No entanto, com os impactos das mudanças climáticas, como eventos climáticos extremos, chuvas intensas e calor extremo, está se tornando evidente que a

a ausência de vegetação e a falta de manutenção e jo sustentável resultam em mais problemas do que benefícios. E a mudança vem muito das ações desses grandes setores da economia.

Lógico que o individual é importante, mas as pessoas têm a ideia errada de que se todo mundo tomar banho de cinco minutos e o resto continuar como está, o mundo vai ser salvo, não é bem assim.

Eu sempre digo, que às vezes é melhor 10 pessoas fazendo muito do que 20 fazendo pouco”

Independentemente de críticas e considerações, no final, quatro anos se passaram desde a publicação do PlanClima e a crise climática é cada vez mais aparente para a população curitibana, com ondas de calor, enchentes, desastres nacionais e internacionais preocupando o mundo todo. No entanto, o que acontece em Curitiba não é um caso isolado, mas um reflexo da emergência climática que afeta o planeta de maneira abrangente. O aumento das temperaturas médias globais, o derretimento das calotas polares e os desastres naturais ocasionados pelos eventos climáticos extremos se tornaram parte do novo normal. Esses fenômenos não só afetam o meio ambiente, mas também a vida como um todo. Desde a segurança alimentar até a saúde pública e a estabilidade econômica, os efeitos da ebulição global são generalizados e brutais.

Um estudo conduzido pelo Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Médica francês (Inserm) e o Instituto de Saúde Global Barcelona (Isglobal) revelou que, apenas entre 30 de maio e 4 de setembro de 2022, 61.672 mortes ocorreram na Europa devido ao calor excessivo. A ONU declarou o ano de 2023 como o mais quente já registrado em todos os seis conjuntos de dados, com a média global anual excedendo os níveis pré-industriais em 1,45°C, se aproximando perigosamente do limite crítico de 1,5°C estabelecido pelo Acordo de Paris.

ODS 13

Em março de 2022, um artigo lançado pela Equipe Editorial de Ciência da Nasa, a agência espacial dos Estados Unidos, informou a probabilidade de áreas do Brasil, assim como de diversos outros países, se tornarem inabitáveis nos próximos 50 anos. O estudo discorre sobre “os efeitos causados pela temperatura de bulbo úmido, uma medida que leva em conta a combinação entre temperatura e umidade” e explica como à medida que a temperatura do bulbo úmido se aproxima da temperatura interna humana, a pessoa perde a capacidade de se resfriar. “Isso desencadeia mudanças no seu corpo. Você desidrata. Seus órgãos ficam estressados, especialmente seu coração. O sangue corre para sua pele para tentar liberar calor, deixando seus órgãos internos famintos. Os resultados podem ser mortais.”

Lamentavelmente, as populações mais pobres, estão destinadas a sofrer as maiores consequências. O relatório "A Anatomia de uma Crise Silenciosa", elaborado pelo Fórum Humanitário Global em 2009, revela que as mudanças climáticas causam anualmente a morte de mais de 300 mil pessoas em todo o mundo, com 99% dessas vítimas localizadas em países em desenvolvimento. A desigualdade econômica é igualmente alarmante: a crise climática acarreta um prejuízo global de US\$ 125 bilhões por ano, dos quais 90% são sofridos pelo Sul Global, conforme aponta o estudo. Enquanto os líderes mundiais das nações mais industrializadas deliciam-se em luxuosos banquetes e discutem, em cúpulas pomposas, sobre o futuro do

planeta, um fato irônico e cruel emerge das sombras da emergência climática: aqueles que menos contribuíram para a crise são, justamente, os que mais sofrerão seus impactos devastadores. O professor e pesquisador ambiental da Universidade de Stanford, Noah Diffenbaugh, aponta sem rodeios para a dura realidade:

Para agravar a ironia, o estudo “O compromisso econômico das alterações climáticas” publicado na Nature em abril de 2024, revela que a América do Norte e a Europa, responsáveis por uma parcela significativa da poluição global, sofrerão uma redução de renda de apenas 11% nos próximos 26 anos. Em contraste, o sul da Ásia e a África, que contribuem minimamente para as emissões globais, enfrentarão uma devastadora redução de 22%. Segundo o estudo Climate Change And The Global Inequality Of Carbon Emissions ("Mudança climática e a desigualdade global das emissões de carbono", em tradução livre) feito pelo World Inequality Lab em 2021, os 10% mais ricos são responsáveis por cerca de 20 vezes mais emissões de CO₂ em comparação com os 50% mais pobres a nível global. A justiça climática, ao que parece, é tão desigual quanto o próprio problema que pretende resolver. Os Estados Unidos, sempre em destaque como um dos maiores poluidores históricos, também não escaparão ilesos. Ainda assim, seus danos econômicos previstos são menores que os

"Temos evidências claras de que, em geral, os pobres são os mais prejudicados."

de muitos de seus vizinhos mais vulneráveis.

"Para muitos americanos, essa perda financeira exigirá decisões difíceis sobre como pagar por alimentos, moradia e outras despesas diárias", alerta o estudo “Custo das Mudanças Climáticas para um Americano nascido em 2024” realizado pela ICF em 2024 para o Consumer Reports. Uma situação desafiadora, sem dúvida, mas que empalidece em comparação às escolhas possíveis que as populações mais pobres do mundo terão que fazer: entre comer e proteger suas casas das intempéries, entre migrar e enfrentar a escassez de recursos básicos.

Assim, enquanto as nações ricas continuam a prometer ações climáticas mais ambiciosas em reuniões internacionais, a amarga verdade é que o verdadeiro peso da crise climática recairá, como sempre, sobre os ombros dos menos afortunados. A desigualdade que define a sociedade global se reflete tragicamente na resposta às mudanças climáticas, onde aqueles que mais precisam de ajuda são, paradoxalmente, os mais abandonados.

Nisso, urge a necessidade de responsabilizar aqueles que têm maior capacidade de mitigar as sequelas do aquecimento global. As nações mais ricas e as empresas que mais contribuíram para a emissão de gases de efeito estufa devem assumir sua parcela de responsabilidade e apoiar financeiramente as comunidades mais vulneráveis. No entanto, é quase utópico acreditar que esses países e empresas irão desistir de seus impérios capitalistas para fazer justiça climática. É comum ouvirmos apelos para

a redução do consumo pessoal de água, energia e outros recursos naturais, enquanto as indústrias continuam a consumir quantidades massivas desses elementos em nome do lucro. Este discurso simplista, que coloca a responsabilidade nas mãos dos consumidores individuais, esconde o verdadeiro culpado das práticas predatórias sobre o meio ambiente.

A verdade inegável é que o planeta enfrenta uma crise climática que exige uma resposta imediata. Se há dez anos a opinião pública costumava se ocupar com debates sobre a veracidade dos dados sobre o aquecimento global, hoje se enfrenta o desafio de como minimizar seu impacto. Em meio a essa discussão, o discurso da pegada de carbono individual é encorajado e especialmente incentivado pelas grandes empresas e corporações. O mito de que a ação individual é a forma mais adequada e eficaz de ajudar o planeta, é no mínimo, imoral, visto que de acordo com o relatório Carbon Majors publicado em 2017 revela que 100 empresas de combustíveis fósseis estão ligadas a 71% dos gases de efeito estufa (GEE) industriais globais desde 1988.

Enquanto os trabalhadores são incentivados a tomar banhos mais curtos e a reciclar, e nas escolas, as crianças aprendem sobre a importância da sustentabilidade, com projetos de hortas urbanas e a interdependência entre seres humanos e a natureza, as grandes indústrias continuam a extrair recursos naturais em larga escala - prezando sempre pelo lucro - sem considerar os danos ambientais -

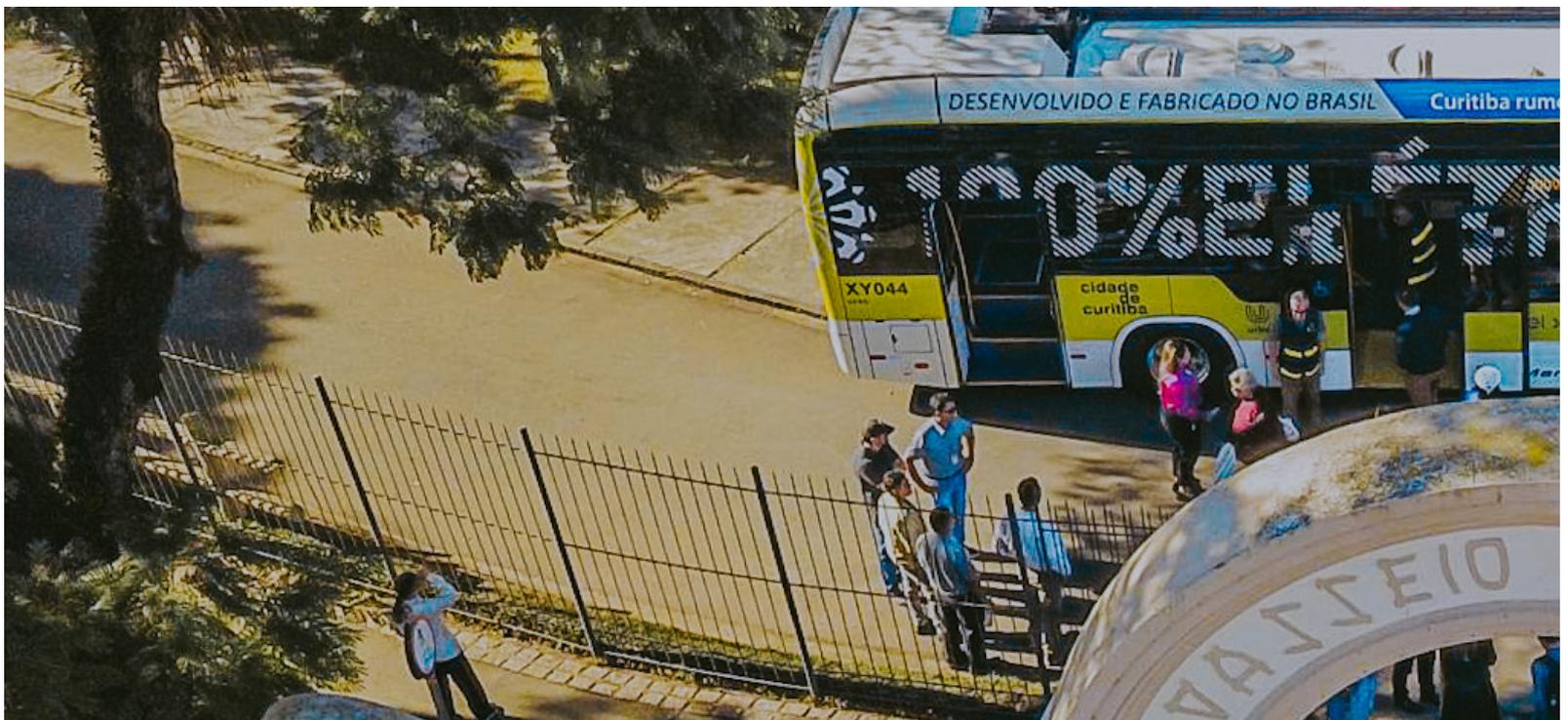
tais e sociais causados. É essencial atribuir às empresas o seu papel na degradação ambiental e exigir políticas e regulamentações mais rigorosas para proteger o planeta.

"Enquanto os indivíduos certamente precisam adotar comportamentos mais sustentáveis, a verdadeira mudança só ocorrerá quando as (grandes) corporações agirem de forma justa em relação ao meio ambiente e à sociedade."

Contudo, estas empresas produzem com objetivo de satisfazer uma demanda de consumo (por vezes criada artificialmente) de uma população bombardeada pela "indústria do desejo". Esse cenário configura uma estrutura que se retroalimenta, embora seja essencial que os indivíduos adotem práticas mais sustentáveis em suas vidas cotidianas, a "sustentabilidade" também se tornou um produto comercial do capitalismo.

Assim, a exploração dos recursos naturais, o consumismo desenfreado e a desigualdade econômica são elementos fundamentais para a perpetuação da ebulição global. Se tratando de uma emergência climática, já não é mais suficiente apenas políticas e regulamentações. É necessária uma mudança radical na maneira como a humanidade vive e se relaciona com o planeta. Isso significa priorizar a harmonia entre as necessidades humanas e os limites da Terra e se preparar para futuros cada vez mais quentes.





OS ÔNIBUS ELÉTRICOS TRAZEM VANTAGENS PARA CURITIBA?

Capital paranaense inicia atividade dos primeiros veículos elétricos de transporte público em junho

Pedro Henrique Milano Calandrelli

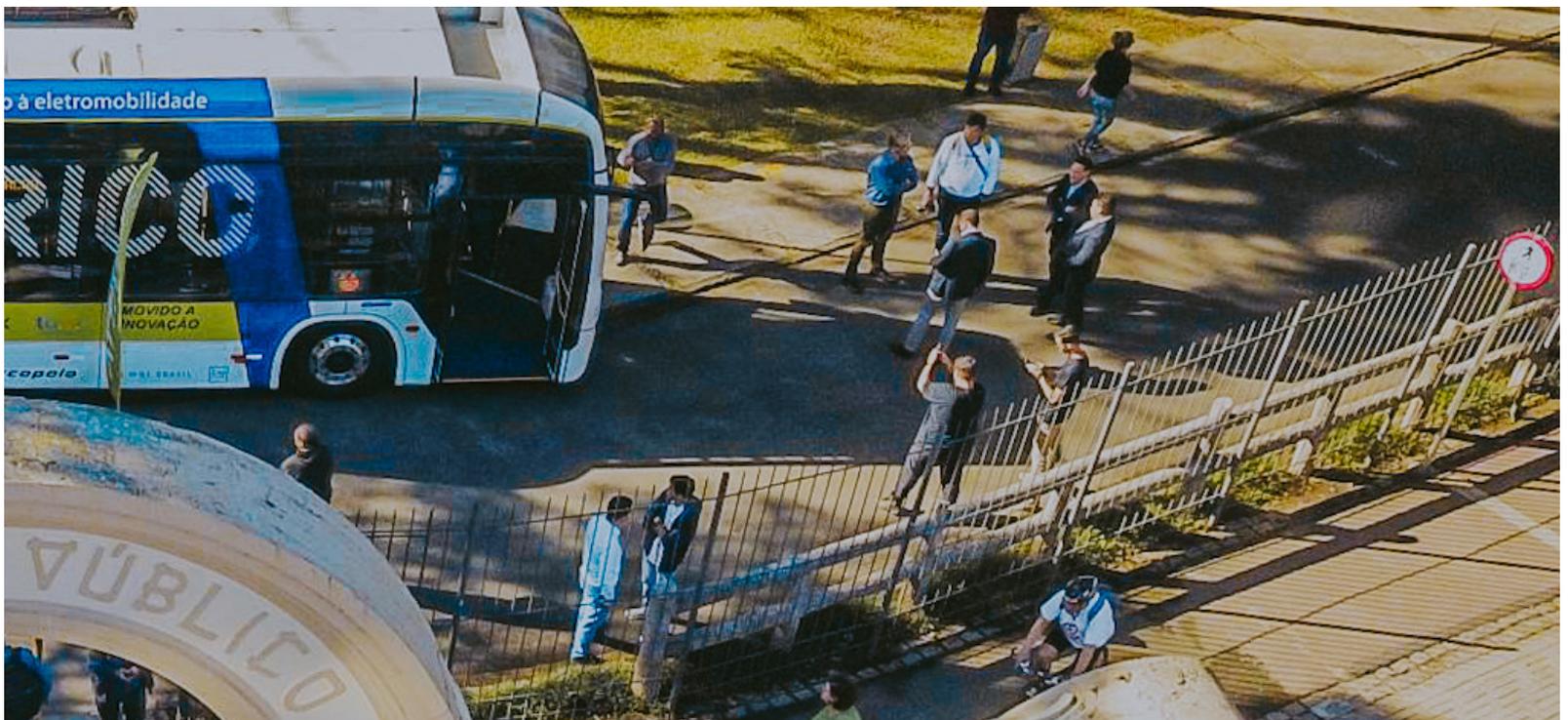
Se você que está lendo esta reportagem é um usuário de transporte público em Curitiba, mais especificamente da rota Interbairros II, provavelmente já se deparou ou até mesmo usufruiu dos novíssimos ônibus elétricos. Extremamente chamativos, com design moderno e futurista, cor verde-lima e adesivos “100% Elétrico”, estampados em suas laterais. Os novos veículos oferecem conforto aos passageiros, o ruído é reduzido, com a emissão zero de CO₂ e outros gases tóxicos, graças aos motores elétricos. Esse promete ser apenas o primeiro passo para modernizar o transporte público em Curitiba.

Em junho deste ano, Curitiba recebeu os primeiros 70 ônibus que vão compor a nova frota 100% elétrica da cidade. A compra dos veículos, dos modelos Volvo BZL, BYD D11B, Eletra de 12,1 m e 15 m Padron, e Marcopolo Attivi, foi solicitada em março, por um total de R\$ 317 milhões, segundo dados informados pelo próprio presidente da

URBS, Ogeny Pedro Maia Neto. Deste montante usado na compra do lote de veículos, R\$200 milhões vieram dos cofres públicos de Curitiba, por meio do Programa de Mobilidade Sustentável de Curitiba.

A seleção dos modelos adquiridos se deu após um longo período de testes que foram realizados entre abril e novembro de 2023, analisando o desempenho dos diferentes modelos de veículos, sob diversas situações, como eficiência da bateria, desgaste dos pneus e desempenho operacional geral. A Copel está trabalhando diretamente com a Prefeitura de Curitiba e a URBS para o fornecimento de energia dos ônibus.

Em declaração ao portal Estadão, o prefeito da capital paranaense, Rafael Greca, disse que os planos são de eletrificar 30% de toda a frota de ônibus da cidade até 2030 - 100% dela até 2050 -, assim substituindo os mais de 1600 ônibus à diesel atuais de Curitiba. O esforço pela adoção de veículos



Ônibus elétrico. Foto: Daniel Castellano

elétricos, tanto no transporte público quanto no transporte particular, virou prioridade em várias cidades espalhadas pelo mundo, com a intenção de reduzir a emissão de gases poluentes como o CO₂. Cada ônibus elétrico evita, em média, a emissão de 118,7 toneladas de CO₂ por ano, o equivalente ao plantio de 847 árvores por veículo.

A eletrificação da rede de transporte público tem se tornado prioridade em várias cidades do mundo. A China é vanguardista neste quesito, com cidades como Shenzhen tendo a frota inteira - de mais de 16.500 ônibus - eletrificada. Cidades nos Estados Unidos, Canadá e Europa buscam eletrificar totalmente os ônibus até meados da década de 2030.

Já na América Latina, países como Chile, Colômbia e México estão investindo em veículos elétricos, na comparação com o Brasil. Em 2021, cerca de 1193 ônibus elétricos circulavam pelas ruas de Santiago, de acordo com o Departamento de Transporte Público Metropolitano do Chile. A Colômbia é um dos países que mais tem investido no setor, com um total de 1589 veículos elétricos na frota colombiana, segundo dados do E-Bus de junho de 2023.

Além disso, essas cidades encontram soluções financeiramente viáveis para bancar as frotas elétricas, que provam ser um investimento considerável, mas que, no entanto, oferecem um retorno a longo prazo não só em satisfação dos usuários, como em melhoria para o meio ambiente. Numa pesquisa realizada pelo portal Estadão, em cidades como São Paulo, que possui hoje mais de 15 mil ônibus em circulação, a conversão total para veículos elétricos poderia reduzir a emissão de gases poluentes em cerca de 85%.

De acordo com uma pesquisa realizada por Ro-



ODS 07

berto Marx, professor da Escola Politécnica da USP e do Laboratório de Estratégias Integradas da Indústria da Mobilidade, com o aluno de Engenharia de Produção, Tiago Zillio, os ônibus elétricos são menos de 1% mais caros que os modelos tradicionais. Segundo a pesquisa, veículos elétricos começam emitindo mais carbono em comparação com os veículos a diesel, devido a produção das baterias elétricas, mas com o tempo, a maior eficácia do motor faz com que veículos elétricos emitam 90% menos partículas nocivas ao meio ambiente e a saúde, quando comparados aos veículos à combustão.

A opção de eletrificar a frota de ônibus é um investimento a longo prazo, já que é necessário desembolsar uma grande quantidade de dinheiro para adquirir os veículos. Entretanto, por oferecer um custo de manutenção similar ao que é implementado em ônibus a diesel e reduzir sig-



Ônibus elétrico. Foto: Daniel Castellano

nificativamente a emissão de gases poluentes, a opção de investir em ônibus elétricos é vantajosa. A mesma constatação é feita em estudo realizado pela Universidade de Columbine, que conclui que após 12 anos de uso, os veículos elétricos se tornam mais economicamente vantajosos que os tradicionais a diesel.

Os curitibanos demonstram ainda o entusiasmo com a proposta de modernizar o trans-

porte público. Segundo levantamento realizado pelo portal WRI Brasil, durante os períodos de teste em Curitiba entre abril e novembro do ano passado, o saldo desse período foi positivo para a população. 95% dos entrevistados destacam como os modelos elétricos são mais silenciosos, 94% ressaltam como esses veículos podem contribuir na melhor qualidade do ar e 89% sobre o impacto positivo que poderia ter na saúde.



Ônibus elétrico. Foto: Daniel Castellano

Além disso, o levantamento ainda aponta que nove entre dez curitibanos é favorável à implementação de mais ônibus elétricos no transporte público, 81% dos entrevistados responderam que os novos modelos são mais confortáveis que os ônibus tradicionais e 44% responderam estar dispostos a esperar mais tempo em pontos e terminais só para poderem pegar um ônibus elétrico.

O Drama do Óleo em Curitiba

Erika Boslooper
Maíra Becker

Os prejuízos do descarte impróprio impulsionam iniciativas educativas e investimentos para conscientizar a população e melhorar a infraestrutura sanitária

Foi aí que pediram uma friturinha? Certamente você deve ser adepto a pelo menos um quitute tradicional como a famosa batatinha frita ou o bom e velho pastel. Porém, após fazer toda essa fritura, você já viu alguém depositar o óleo usado na pia da cozinha e, certamente, pensou: você está fazendo isso errado. Essa prática é bastante habitual dentro das residências, mas trava a luta na resolução de um grave problema socioambiental: este ingrediente essencial nas casas tem se tornado um verdadeiro vilão para a rede de esgoto curitibana. Logo, questionamos: como conscientizar a população de Curitiba sobre o descarte correto desse queridinho da culinária?

Mais da metade dos entupimentos registrados na cidade em 2023 foram causados pelo óleo de cozinha, uma vez que a substância é capaz de se solidificar nas tubulações, causando obstruções, extravasamentos e até o retorno do esgoto para dentro das casas. Fábio Schneider, 37, que trabalha na Curitiba Encanadores, lida com o problema quase todos os dias. Segundo ele, “o primeiro sinal de alerta é a dificuldade de escoamento da água em pias e ralos”.

Além disso, o descarte impróprio gera uma série de malefícios ao meio ambiente, como a impermeabilização e a contaminação do solo, entupimento de redes de esgoto e poluição dos lençóis freáticos. De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleo (Abiove), um litro de óleo pode contaminar até 25 mil litros de água, dado que ambos não se misturam. Cabe ressaltar que a Lei de Crimes Ambientais especifica que o lançamento de resíduos, óleo ou substâncias oleosas no

esgoto é capaz de gerar sanções.

Grande parte dessa gordura vai parar na rede de esgoto porque ainda há imóveis onde a caixa de gordura não foi instalada, embora seja de uso obrigatório, conforme a Lei Municipal nº 13.634/2010, de Curitiba. A função do reservatório é reter este tipo de material, que, periodicamente, deve ser retirado manualmente e jogado no lixo orgânico. A caixa deve ser instalada em local de fácil acesso, ter tampa removível e estar completamente vedada.

A diarista Janete Rocha Lopes afirma que não tem problemas para se desfazer do óleo nas casas onde presta serviço. “Onde trabalho, apenas guardo nas garrafas PETs, procuro não misturar com qualquer outra coisa e deixar o mínimo possível nas frigideiras e panelas antes de colocá-las na pia, para lavar. Assim, o máximo de óleo fica na garrafa.”



Infografia: Izabel Forquim



Zoológicos: Espaços de lazer ou proteção animal?

Os zoológicos têm sido objeto de debates intensos sobre sua finalidade e impacto. Enquanto alguns veem estes locais como entretenimento, outros defendem que são centros de conservação e educação ambiental

Milena Hable

Prestigiar o murequi-do-sul, mico-leão-da-cara-dourada, macaco-aranha-da-testa-branca, tamanduá-bandeira, onça-pintada, lobo-guará, jacutinga e ararajuba pode ser um desafio para quem deseja observá-los fora dos zoológicos, uma vez que essas são espécies ameaçadas de extinção no Brasil. As reservas ecológicas e centros de proteção de preservação animal ainda apresentam algumas delas, como o Zoológico Municipal de Curitiba.

A percepção pública dos zoológicos começou a mudar significativamente no final do século XX, quando a crise de extinção de várias espécies se tornou mais evidente. Este contexto impulsionou a reestruturação de muitos zoológicos, que se encontraram em um contexto em que a necessidade de conservação da vida superou sua atuação como atrações turísticas.

O Brasil é um dos países mais ricos em biodiversidade do mundo, abrigando uma vasta gama de ecossistemas e espécies únicas. No entanto, essa riqueza natural está sob constante ameaça. Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o país possui cerca de 1.200 espécies de animais em risco de extinção. A principal causa dessa situação é a degradação e a perda de habitats naturais devido ao desmatamento, à urbanização descontrolada e às mudanças cli-

máticas. Em meio a esse cenário, os zoológicos brasileiros têm se destacado como importantes centros de proteção e recuperação desses animais.



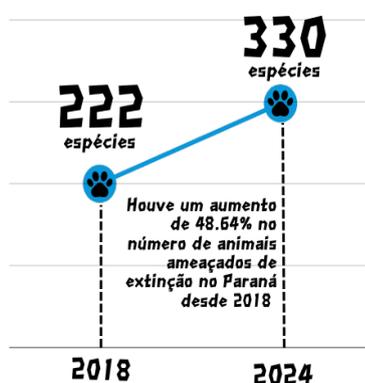
No Paraná, o Zoológico Municipal de Curitiba é um dos maiores e mais visitados pontos turísticos da capital. Apesar de contar com um espaço de cultura e conhecimento, o parque é principalmente um centro de proteção e preservação animal, responsável por receber animais vítimas de tráfico, maus tratos, atropelamento e apreensão. Atualmente o centro abriga mais de 1500 animais de 112 espécies diferentes, sendo 17 delas ameaçadas de extinção.

O Jardim Zoológico de Curitiba está situado dentro do Parque Regional do Iguaçu, o maior parque urbano do país, com 8 milhões de metros quadrados. O zoológico é considerado um santuário ecológico para muitas espécies. A bióloga e chefe de fauna da instituição, Nancy Marya Santana Banevicius, conta que além do recebimento e cuidado com esses indivíduos, o zoológico realiza outras ações que auxiliam na preservação da vida na terra.

“Não realizamos apenas a reabilitação ou acolhimento desses animais vítimas de tráfico ou maus tratos, mas oferecemos atividade de educação ambiental e conscientização ao público, mostrando o impacto que as pessoas têm sobre o meio



Esse número apenas cresce...



Infografia: Izabel Forquim

ambiente e as consequências na preservação das espécies. Além de auxiliar na criação de políticas públicas de conservação da fauna ameaçada”, afirma a bióloga.

Para além da conservação, a educação ambiental é um pilar fundamental dos zoológicos modernos. Eles oferecem uma oportunidade única para o público conhecer de perto a diversidade da vida animal. Programas educativos são implementados para ensinar os visitantes sobre a importância da preservação dos ecossistemas e das espécies que neles habitam, colaborando com escolas e comunidades locais ao

criar programas que engajam crianças e adultos em atividades interativas e informativas de aprendizagem.

Uma dessas iniciativas de educação ambiental é o projeto de extensão “Meu Bicho é Legal” da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que tem como objetivo orientar crianças sobre o tráfico de animais silvestres e a extinção das espécies. Através de palestras e atividades lúdicas, visam sensibilizar as gerações mais jovens sobre a importância da conservação da biodiversidade e o impacto negativo do tráfico de animais. Orientada pelo Professor Rogério Lange, a ação conta com a participação de alunos dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia da universidade, que compartilham seus conhecimentos e trocam experiências com as crianças.

“Além da conscientização e sensibilização da população sobre o tema, trabalhamos em parceria com o Jardim Zoológico de Curitiba e com as escolas

municipais para abordar conceitos de ética ambiental, zoonoses, qualidade de vida e posse responsável de animais”, diz Alaina Maria Correia, participante do projeto e pós-graduanda em ciências veterinárias pela UFPR. “A educação ambiental é importante porque ela ensina e esclarece ao público a importância de cada espécie para o equilíbrio do ambiente e a saúde de todos animais e pessoas”, finaliza.

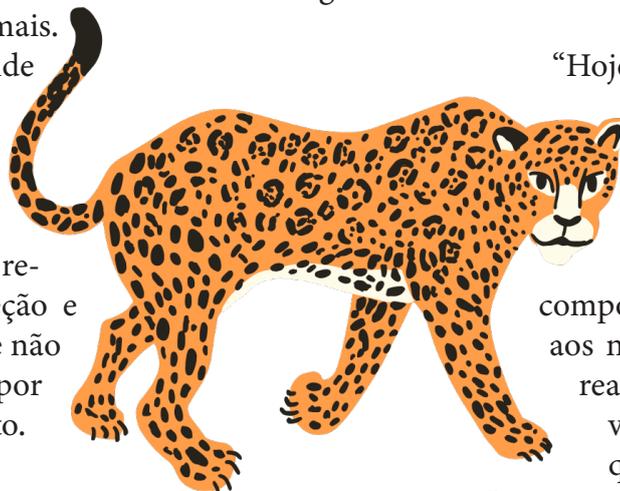
Contudo, a eficácia dos zoológicos como centros de conservação não está isenta de controvérsias. Ativistas e pesquisadores do direito dos animais argumentam que manter animais em cativeiro, longe de seus habitats naturais, pode levar a problemas de bem-estar animal, como estresse e comportamentos estereotipados. Além disso, alguns estudiosos questionam a real contribuição dos programas de reprodução em cativeiro para a conservação de espécies, apontando que o foco deve ser a preservação de habitats naturais.

A doutora e coordenadora do Laboratório de Bem-Estar Animal (LABEA) da UFPR, Carla Molento, explica que o principal ponto que deve ser enfatizado é o entendimento do animal como um indivíduo com características e necessidades próprias. “Além de parte de uma espécie, aquele ser é um indivíduo que deve ter seus direitos e vontades respeitadas”, explica a pesquisadora.

O LABEA não busca apenas

analisar o tratamento dado nos zoológicos e instituições, mas entender e problematizar a origem e destino desses animais.

“É preciso compreender de onde esses animais foram trazidos, se trata apenas de uma troca e mercado para aumentar a variedade de espécies para o público, ou se a instituição é realmente um espaço de proteção e reabilitação de indivíduos que não podem retornar à natureza por algum fator”, esclarece Molento.



dos e a proteção de nascentes e matas ciliares para garantir a sustentabilidade dos ambientes naturais.

“Hoje existem zoológicos com os recintos melhor estruturados, que permitem que o animal tenha uma qualidade de vida razoável e consiga manter seus comportamentos mais próximos aos naturais. Contudo, devemos reafirmar que sempre será uma vida presa, por mais enriquecido ambientalmente

que seja”, reitera Molento.

Para mitigar esses problemas, muitos zoológicos, incluindo o de Curitiba, têm investido em melhorias significativas em suas instalações, a fim de criar ambientes que mimetizam os habitats naturais dos animais. Isso envolve a construção de recintos amplos e enriquecidos, que incentivem o comportamento natural das espécies.

No caso do Zoológico de Curitiba, essas iniciativas são formalizadas pela Lei Municipal nº 14.747/2014, que institui o Plano de Manejo do Zoológico de Curitiba. Este plano define as estratégias e práticas para a gestão e conservação dos animais e seus habitats dentro do zoológico. Além disso, há um crescente compromisso com a ética e o bem-estar animal, refletido na adoção de padrões rigorosos estabelecidos por associações profissionais de zoológicos e aquários.

Em termos de impacto global, os zoológicos colaboram entre si e com outras organizações de conservação, formando redes que compartilham conhecimento, recursos e melhores práticas. Esse trabalho em conjunto é essencial para enfrentar os desafios do tráfico de animais silvestres e da destruição de habitats. A criação de bancos genéticos e a troca de indivíduos entre zoológicos também ajudam a manter a diversidade genética das populações em cativeiro, um fator crítico para a viabilidade a longo prazo das espécies ameaçadas.

Hoje, os zoológicos contemporâneos estão em um ponto de transformação, equilibrando as necessidades de conservação com as preocupações éticas sobre o bem-estar animal. Ao se adaptarem e evoluírem, eles continuam a desempenhar um papel vital na proteção da biodiversidade global, educando o público e contribuindo para a ciência da conservação. A sobrevivência de muitas espécies pode depender da capacidade dessas instituições em manter esse equilíbrio delicado e continuar a se aprimorar como centros de conservação e educação.

Contudo, é crucial implementar políticas públicas que não só fiscalizem e melhorem zoológicos, mas também mantenham e expandam áreas de conservação ambiental. Essas políticas devem focar na preservação dos habitats naturais e na proteção da vida selvagem, garantindo que os animais vivam e se reproduzam em seus ambientes nativos. Isso inclui a criação e gestão eficaz de unidades de conservação, como parques nacionais e reservas biológicas, e a implementação de corredores ecológicos. Além disso, é crucial promover a restauração de ecossistemas degrada-

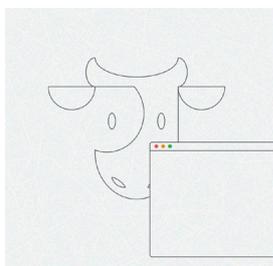


Conheça mais sobre os projetos desenvolvidos no departamento de comunicação da UFPR



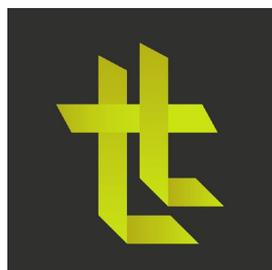
Fábrica

A Agência Fábrica de Comunicação é uma Empresa Júnior de Comunicação da UFPR (Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda). Tem a missão de transformar a realidade de empresas, ONGs e instituições através de serviços comunicacionais de qualidade. Além disso, tem o intuito de oportunizar experiências do mercado de trabalho para estudantes.



Ponto Pasta

O projeto Ponto Pasta tem o intuito de criar oportunidades e proximidade entre mercado e universidade, que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos de comunicação da universidade, bem como gerar conhecimento aplicado à indústria criativa, que tem ganhado cada vez mais relevância no desenvolvimento econômico e social.



Prattica

A Prattica é a Agência Experimental de Relações Públicas da UFPR. Os objetivos do projeto são proporcionar o desenvolvimento prático do que é aprendido em sala de aula, atender a comunidade interna da UFPR e o público externo, por meio de nossos trabalhos.



Sinapse

Sinapse - Laboratório de Consumo, Criação e Cultura. Como projeto de extensão do curso de Publicidade e Propaganda da UFPR, buscamos desenvolver a Comunicação, realizando pesquisas mercadológicas e de neuromarketing e oferecendo consultoria de comunicação a pequenos empreendedores.



Pégaso

A Pégaso é uma Produtora Audiovisual, oficializada como EJ da UFPR em 2019. Ela é composta por alunos do Setor de Artes, Comunicação e Design, Com. Institucional e produção cênica. Os principais serviços são Vídeos Publicitários e Institucionais, Edição e Animação.



NCEP

O NCEP - Núcleo de Comunicação e Educação Popular, é um Programa de Extensão vinculado aos cursos de Comunicação Social da UFPR que existe desde 2003. Seus pilares são a educomunicação e a comunicação popular, e é através deles que o projeto desenvolve oficinas com grupos que estão à margem social, a fim de promover a democratização dos meios de comunicação.



Agência Escola

A Agência Escola de Comunicação Pública e Divulgação Científica e Cultural da UFPR é um projeto técnico-científico do Setor de Artes, Comunicação e Design (SACOD). O objetivo é realizar um trabalho de posicionamento da universidade como ator relevante no cenário regional, nacional e internacional ao conferir maior visibilidade à produção científica e cultural nela desenvolvida ou por ela estimulada.

